

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

GABRIELA AZEVEDO MOLINA

**O COMBATE A DESINFORMAÇÃO DURANTE AS ENCHENTES DE 2024 NO RIO
GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE DA APURAÇÃO DA AGÊNCIA AOS FATOS**

**São Borja
2025**

GABRIELA AZEVEDO MOLINA

**O COMBATE A DESINFORMAÇÃO DURANTE AS ENCHENTES DE 2024 NO RIO
GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE DA APURAÇÃO DA AGÊNCIA AOS FATOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Jornalismo da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Marco Antonio Bonito

**São Borja
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

M722c Molina, Gabriela

O combate a desinformação durante as enchentes de 2024 no
Rio Grande do Sul: uma análise da apuração da agência Aos
Fatos / Gabriela Molina.

86 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, JORNALISMO, 2025.

"Orientação: Marco Bonito ".

1. Desinformação. 2. Enchentes no Rio Grande do Sul. 3.
Checagem Jornalística. 4. Crise Ambiental . I. Título.

GABRIELA AZEVEDO MOLINA

O COMBATE A DESINFORMAÇÃO DURANTE AS ENCHENTES DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE DA APURAÇÃO DA AGÊNCIA AOS FATOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 02/ 12 / 2025

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente

gov.br

MARCO ANTONIO BONITO

Data: 23/12/2025 15:01:59-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. (Dr.). (Marco Antonio Bonito)

Orientador

(UNIPAMPA)

Documento assinado digitalmente

gov.br

ALEXANDRE ROSSATO AUGUSTI

Data: 23/12/2025 08:45:12-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. (Dr.). (Alexandre Rossato)

(UNIPAMPA)

Jornalista e Mestrando (Micael Olegário)

(UFSM)

Documento assinado digitalmente

gov.br

MICAEL DOS SANTOS OLEGARIO

Data: 21/12/2025 20:23:20-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTO

Este trabalho é, na verdade, a junção de anseios e medos que podem ser traçados até minha infância. Em uma aula qualquer de ciências, certo dia, descobri que o planeta que eu tão pouco conhecia, estava morrendo. Acreditar no que a ciência estava me alertando, tão prematuramente, talvez tenha sido meu primeiro ato de ativismo. Este é um agradecimento a criança que falava sobre meio ambiente na escola e que se preocupava com o futuro do planeta, pois foi ela que plantou a semente da árvore que hoje obtenho os frutos.

É claro, esta história só é possível por conta de todo o apoio e amor que ganhei da minha primeira professora, minha mãe. Bem como todos os ensinamentos que recebi do meu pai sobre amar os animais e natureza. Igualmente, sou muito grata a todos os amigos que me apoiaram não apenas durante a produção deste trabalho, mas desde o início da faculdade. Cada um, à sua maneira, me ajudaram a me tornar a pessoa que sou hoje. Vocês são uma parte essencial da minha vida e tenho muita sorte de poder chamá-los de família.

Obrigado por acreditarem em mim quando eu mesma não conseguia. “*Who would I be without you, without them?*” (Boygenius, 2023), quem eu seria sem cada um de vocês?

Bons educadores são capazes de mobilizar e sensibilizar os seus alunos, assim este trabalho só foi possível com orientação do professor Marco, que durante as aulas de Cibercultura fez com que eu me reencontrasse dentro do curso e me encantasse pela pesquisa.

Por fim, um agradecimento especial a Brenda e Luany por me emprestarem o computador para a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de empreender de que maneira o jornalismo profissional, através das plataformas de checagem, combateu a desinformação durante as enchentes do Rio Grande do sul em 2024. Para isso, foi selecionado a agência de checagem Aos Fatos e 3 conteúdos desinformativos para serem analisados de maneira qualitativa conforme a Análise de Conteúdo de Bardin (2016). Para compreender o processo de desinformação, este trabalho utiliza de Wardel e Darakshan (2017) e Santaella (2018), visando observar a utilização estratégica da desinformação como uma manobra política feita pela extrema direita, bem como, as consequências socioambientais deste processo.

Assim, esta pesquisa analisou a checagem feita pela agência Aos Fatos intituladas “Governo do RS não está fiscalizando documentos nem barrando jet-skis e barcos de voluntários”, “No Roda Viva, Eduardo Leite desinforma sobre responsabilidade do governo gaúcho e alertas pré-enchentes” e “Posts enganam ao alegar que presos foram libertados após enchentes no RS”. As considerações finais sobre a análise observam que a Aos Fatos combate a desinformação através de uma metodologia jornalística que preza pela transparência e uma atuação multiplataforma.

Palavras-Chave: Desinformação; enchentes no Rio Grande do Sul; Checagem Jornalística; Crise Ambiental.

ABSTRACT

This study aims to explore how professional journalism, through fact-checking platforms, fought misinformation during the 2024 floods in Rio Grande do Sul (Brazil). To this end, the fact-checking agency Aos Fatos and three pieces of misinformation were selected for qualitative analysis using Bardin's (2016) Content Analysis. To understand the disinformation process, this work utilizes Wardel and Darakshan (2017) and Santaella (2018), aiming to observe the strategic use of misinformation as a political maneuver by the far right, as well as the socio-environmental consequences of this process.

Therefore, this research analyzed the fact-checking done by Aos Fatos of these three misinformations: “RS Government is not inspecting documents nor barring jet skis and boats of volunteers”, “On Roda Viva, Eduardo Leite misinforms about the responsibility of the Rio Grande do Sul government and pre-flood warnings” and “Posts mislead by claiming that prisoners were released after floods in RS”. The final considerations on the analysis observe that Aos Fatos combats misinformation through a journalistic methodology that values transparency and a multiplatform approach.

Keywords: Misinformation; floods in Rio Grande do Sul; Fact-checking; Environmental Crisis

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Pesquisa Exploratória	28
Tabela 2 - Pesquisa Teórica Conceitual	32
Tabela 3 - Pesquisa Metodológica	40
Tabela 4 - Resultados da Pesquisa na Plataforma aos Fatos	40
Tabela 5 - Seleção de conteúdo para análise	41
Tabela 6 - Análise 1	81
Tabela 7 - Análise 2	82
Tabela 8 - Análise 3	83

Lista de Imagens

Imagem 1 -Printscreen da checagem de Aos Fatos sobre Fiscalização jet skis	43
Imagem 2 - Printscreen da checagem de Aos Fatos sobre Eduardo Leite	43
Imagem 3 - Printscreen de Aos Fatos sobre checagem de presos soltos no RS	44
Imagem 4 - Printscreen de Aos Fatos via Instagram	48
Imagem 5 - Printscreen de Aos Fatos via X	49
Imagem 6 - Printscreen de matéria Aos Fatos	50
Imagem 8 - Printscreen de réplica do conteúdo (2)	52
Imagem 9 - Printscreen de Aos Fatos via Youtube	53
Imagem 10 - Printscreen de Aos Fatos via Instagram.	53
Imagem 11 - Printscreen Aos Fatos via Tiktok	54
Imagem 12 - Printscreen de Post no Tiktok.	55
Imagem 13 - Printscreen do carrossel Não Caia em fake News	56
	57

Sumário

Introdução a Problemática.....	11
Objetivos.....	16
1.1. Objetivo Geral.....	16
1.2. Objetivos Específicos.....	16
1.3. Justificativa.....	17
2. Metodologia.....	23
2.1 Pesquisa Exploratória.....	23
2.2. Pesquisa Teórica Conceitual.....	27
2.3. Pesquisa Metodológica.....	30
2.4. Plataforma de checagem jornalística: Aos Fatos.....	33
2.5. Pesquisa e Seleção de Conteúdos Contendo Desinformação.....	34
3. Reflexão teórica e conceitual.....	38
3.1. Verdade e pós verdade.....	38
3.2.. Definições de Desinformação e Teoria da Desordem Informacional e suas implicações.....	42
3.3 Câmaras de Eco.....	45
3.4. Crise Ambiental e a Direita: promoção do negacionismo climático.....	48
3.5. Credibilidade na Comunicação.....	51
3.6. Miatização.....	54
3.7. Checagem Jornalística: Aos Fatos.....	57
4. Coleta de Dados.....	61
4.1. Governador Eduardo Leite no Roda Viva.....	61
4.2. Governo do RS não está fiscalizando documentos nem barrando jet-skis e barcos de voluntários.....	66
4.3. Presos liberados durante as enchentes.....	71
5. Análise dos dados.....	74
5.1. Processos metodológicos.....	74
5.2 Análise.....	76
A) Governador Eduardo Leite no Roda Viva.....	76
B) Governo do RS não está fiscalizando documentos nem barrando jet-skis e barcos de voluntários.....	78
C) Presidiários não foram soltos ou liberados durante as enchentes.....	79
6. Considerações finais.....	81
Bibliografia.....	84

Introdução a Problemática

A introdução a problemática deve abordar de modo claro e resumido o conteúdo que será abordado no trabalho. Portanto, nela deve constar o problema que a pesquisa procura solucionar, bem como uma breve contextualização do problema em si. Sobre a problemática de uma pesquisa, Jiani Bonin escreve:

Observando um projeto de pesquisa em comunicação em estágio consolidado uma das linhas estruturais de sustentação é o problema da pesquisa. Este aparece, efetivamente como resultado de uma construção, que se dá via problematização do fenômeno que se deve investigar, construída de modo a convocar e dar sustentação às questões orientadoras da pesquisa. (Bonin, 2006, p. 21)

Dessa maneira, entende-se como problema o fenômeno que norteia a pesquisa, bem como, a problemática como o contexto em que o problema se insere e que possibilita a problematização do fenômeno. Assim sendo, é primordial que o pesquisador estabeleça com clareza estes tópicos, para assim poder iniciar orientar devidamente sua pesquisa. Deste modo, esta pesquisa pretende analisar a veiculação de notícias falsas relativas às enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul no ano de 2024.

Desta forma, para começar a tecer o cenário atual da desinformação, é preciso analisar o surgimento da sociedade informacional, para este fim, considera-se o que Armand Mattelart aborda em seu livro *História da Sociedade da Informação* (2001). O autor discute a construção da sociedade da informação a partir da tese de Wiener e a evolução da informação através das lentes capitalistas e interesses das potências mundiais, movida principalmente pela ascensão norte-americana e os esforços para um mundo globalizado. A força torna-se obsoleta diante dos problemas complexos das sociedades contemporâneas. “A diplomacia das redes substitui a diplomacia dos canhões” (Mattelart, 2001, p. 99). Neste sentido, a informação se torna moeda de troca para detenção de poder, o modo de manipulá-la tornou-se a principal maneira de manejo de massas. Entender a sua influência na política e sociedade mundial é o primeiro passo para compreender o fenômeno de desenformar. Isto é, buscar compreender os meios hegemônicos e as estruturas das quais usufruem para construir uma realidade que retrata seus interesses.

Para entender o processo de desinformação, é preciso estabelecer do que se trata a informação em si, e sua influência no mundo globalizado. Partindo do estudo de Shannon em

A Mathematical Theory of Communication (1948), onde se observa a informação a partir da visão algorítmica e matemática para redução de ruídos em um sistema computacional. Desde modo, o estudo da informação para Shannon pode ser resumida como tudo aquilo que reduz a incerteza de um sistema. Deste momento em diante, passa-se a deixar de lado a abstração, a informação pode ser entendida como objeto, um material passível de manipulação, um detalhe crucial para o entendimento político utilitário.

A maneira de consumir informação está sendo constantemente reformulada desde o estudo do conceito até a popularização da internet. No livro *Desordem Informacional*, os autores Wardle e Derakhshan (2017) relatam que após a globalização e a difusão do mundo *online* e cada vez mais conectado, ampliou-se o alcance de conteúdos conspiratórios e falsos. “Embora saibamos que a veiculação de notícias falsas não seja uma novidade, o surgimento da internet e da tecnologia social trouxe mudanças fundamentais na forma como a informação é produzida, comunicada e distribuída.” (Wardle e Derakhshan, 2017, p.19). Desta maneira, a facilidade e velocidade que conteúdos podem ser veiculados são um desafio para esfera pública e manutenção da ordem e segurança da população. Notícias e informações falsas não são algo novo, no entanto o alcance destes conteúdos, bem como o volume destas produções é o que preocupa os autores.

Neste sentido, no artigo **Infodemia e construção signica - movimentos responsivos sob a retórica da pós-verdade**, as autoras Gomes e Lopes abordam os impactos das falas do ex -presidente Jair Bolsonaro em seu discurso de abertura na 75 Assembleia Geral da Nações Unidas, onde propagou informações falsas sobre a pandemia no Brasil, bem como sobre a preservação de biomas brasileiros. O termo Infodemia foi popularizado pela Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) e trata-se de um excesso de informações, algumas precisas outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa.(OPAS, 2020) Sobre o assunto as autoras comentam:

Além de causar danos à sociedade, a infodemia contribui para obscurecer a verdade, manipular a população, aumentar e acelerar as condutas irracionais alimentadas pelo medo e frear a eficácia das campanhas e iniciativas de teor positivo. (Gomes e Lopes. 2021 p. 167).

Ainda que a desinformação e a infodemia não tenham surgido no ano de 2020, durante o governo de Jair Bolsonaro, ela foi fortalecida pelo então presidente através da manipulação de informações falsas em eventos institucionais e no abuso da sua posição presidencial em favor da sua política interna e dos ideais da extrema direita. As autoras ressaltam o tópico:

Em seu discurso, o argumento de autoridade é representado por sua persona presidente da república, na tentativa de criar um efeito de que aquilo que é dito por ele possa ser considerado como algo incontestável, sem necessidade de se ancorar em fundamentos com valor de verdade. Assim, o que é posto em jogo pelo projeto enunciativo do presidente Bolsonaro não é a busca, a discussão, a problematização de uma verdade, mas a imposição da palavra pela figura de autoridade, não pelo exercício de autoridade, de legitimidade sobre determinado conhecimento. assunto ou questionamento em pauta (Gomes e Lopes,2021, p. 181).

Em seu discurso, o então presidente trouxe dados irrealistas sobre a preservação ambiental no Brasil e deflagrou ataques a povos originários e ONGs. “É possível apreender, no tecido discursivo, a recorrência da dicotomização e da polarização, na tentativa de culpabilizar aqueles a quem considera como adversários” (Gomes e Lopes, 2021 p. 182). O discurso de Bolsonaro serve para exemplificar a polarização do cenário político, bem como a utilização da desinformação por fontes oficiais, tecendo o cenário político atual. Sobre o assunto as autoras comentam:

A partir da análise do discurso proferido pelo presidente Jair Bolsonaro, é possível entrever o cenário de instabilidade instaurado na contemporaneidade, em decorrência dos impactos da infodemia e da desinformação sob os princípios da retórica da pós-verdade. Os posicionamentos axiológicos que emergem do tecido discursivo em exame podem afetar incisivamente a interlocução com a sociedade (Gomes e Lopes, 2021, p. 184).

Em tentativa de conter a infodemia, o jornalismo brasileiro fez coberturas de checagem de informações desmentindo falas do ex -presidente e de seus apoiadores. No artigo Meio Ambiente no Jornal Nacional: das tragédias às disputas políticas, as autoras Girardi, Loose, Steigleder e Massiever (2023) refletem sobre a abordagem feita pelo JN, telejornal de maior audiência do país, para combater a desinformação durante o governo de Jair Bolsonaro:

Em uma sociedade permeada pela desinformação, há um esforço maior em realizar a checagem das declarações e dos dados informados, sobretudo se quem as propaga costuma depreciar o trabalho dos jornalistas. E nesse contexto, as questões ambientais tornaram-se chave para confrontar o presidente, que nem mesmo em discursos oficiais para a comunidade internacional deixam de omitir, distorcer ou criar fatos ambientais, criando uma realidade paralela alheia à vida dos brasileiros (Girardi, Loose, Steigleder e Massiever. 2023, p.34).

Neste sentido, a infodemia e a polarização no país foi agravada durante as eleições presidenciais de 2022. A área ambiental não ficou ilesa das notícias falsas durante o período eleitoral, como destaca Nunes (2024), ao analisar a maneira como o território da Amazônia Legal sofreu com desinformação frente ao debate político. As questões socioambientais relativas a infodemia em cenários como este “se apresentam como catalisadoras de problemas do aspecto macrossocial, quer dizer, com impacto na estrutura comunicacional, política e econômica” (Nunes, 2024, p. 47). A autora ressalta matérias do portal InfoAmazonia, que tiveram o intuito a circulação de informações sobre a região, entre alguns dos casos está youtubers bolsonaristas desinformam ao dizer que europa destruiu florestas e que agora pune agro brasileiro por desmatamento e PL infla números para dizer que Lula e Dilma queimaram mais a Amazônia que Bolsonaro (Nunes, 2024, p. 50). Pode-se observar que a desinformação é utilizada como manobra política ao criar cenários e dados que favoreçam ideologias ou desmoralizam políticas adversárias.

A utilização de falsas informações sobre a crise climática para ganhar popularidade dentro da extrema direita brasileira também é evidenciada pelo artigo *The Far-Right SmokeScreen: Environment Conspiracy and Culture Wars on Brazil Youtube*, de Salles, de Medeiros, Santini e Barros (2023). Nele, os autores exploram o documentário publicado por Brasil Paralelo denominado *Cortina de Fumaça* (2021) que nega o desmatamento, desmoraliza povos originários e ataca ativistas ambientais em prol de justificar iniciativas do agronegócio em áreas já protegidas.

O cataclisma da polarização e desinformação no Brasil foi o atentado à democracia que ocorreu no dia 8 de janeiro de 2023. Ainda que não conectado diretamente à pauta ambiental, foi um marco político brasileiro, capaz de demonstrar a utilização das plataformas digitais para movimentos organizados antidemocráticos. Os autores Mendes, Sanglard e Costa, no artigo *Desinformação e as implicações para a democracia: reflexões a partir do 8 de janeiro*, abordam como determinadas plataformas como X e Telegram possibilitam o anonimato e protegem extremistas que “disseminam o ódio, a desinformação ou ainda contribuem para criar agendas de debate que fogem da esfera do interesse coletivo, promovendo pautas restritas a grupos de interesse privado como se fossem comuns à toda a sociedade” (Mendes, Sanglard e Costa, 2024, p. 128).

Portanto, pode-se identificar um país politicamente dividido, sofrendo com uma desordem informacional, isto é, uma grande circulação de desinformação disseminada por agentes que criam, produzem e distribuem desinformação. Bem como, é possível constatar que a crise climática e assuntos que circundam o meio ambiente são utilizados de modo

arbitrário e falso para favorecer ou desfavorecer determinadas ideologias políticas. Assim, é neste cenário que, a maior tragédia climática do Rio Grande do Sul ocorre.

Desta maneira, chegando por fim em abril e maio de 2024 e igualmente no objeto desta pesquisa, se tem o cenário catastrófico das enchentes que afetaram 90% do território gaúcho, e deixaram cerca 2 milhões de pessoas prejudicadas, segundo boletim da defesa civil publicado em abril de 2025. Em estudo publicado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), relata que a cidade em Porto Alegre, o nível do Guaíba apresentou recordes, alcançando 5,37 metros, 60cm a mais que em 1941, considerada até então a maior enchente registrada do estado. O que difere das duas enchentes, segundo o estudo da ANA, é que em 1941 a água subiu de modo gradativo ao longo de duas semanas, e em 2024 a subida das acelerada acelerada num período de apenas dois dias.

A capital ainda sofreu com a falta de manutenção do sistema de inundações, em reportagem publicada pelo G1 em maio de 2024, relatando documento assinado por 40 engenheiros que afirmam as falhas no sistema. Na notícia explica-se como deveria ser o funcionamento para a prevenção:

É uma obra de engenharia gigantesca que tem cerca de 50 anos: 68 km de diques cercam a cidade nas margens do Rio Gravataí e do Guaíba. Eles funcionam como muros para evitar que a água entre na cidade. O sistema também é formado por 14 comportas que são fechadas quando o nível das águas sobe demais. Além disso, há 22 estações de bombeamento de água da chuva para o Guaíba (G1, 2024,).

A água entrou por brechas nas estruturas dos diques e comportas e ainda as casas de bombas precisaram ser desligadas quando o nível da água atingiu a parte elétrica. No dia 01/05 o governador Eduardo Leite decretou que o Rio Grande do Sul estava em estado de calamidade pública após 114 municípios afetados e 10 óbitos, conforme apuração da BBC Brasil. Após cinco dias, em coletiva de imprensa, Leite compara a situação com um cenário de guerra, e que por esse motivo seria necessário algo semelhante ao Plano Marshall para a reconstrução do estado. Esta fala logo seria algo de desinformação e utilizada para causar discórdia. Vale ressaltar que o governo de Eduardo Leite destinou 0,0003% do orçamento de para a manutenção e compra de novos equipamentos de prevenção de emergências, bem como apenas 0,01% foi destinado para a atualização da gestão da defesa civil (Intercept, 2024).

Este despreparo para eventos de emergência também estava nos canais oficiais de comunicação do governo, conforme a análise sobre a comunicação de risco da Prefeitura Municipal de Canoas, RS, com a população nas enchentes de maio de 2024, as autoras Dias e

A.K. Nunes apontam que em Canoas, uma das cidades mais afetadas, não havia um plano comunicacional para emergência:

Nesse contexto a comunicação de risco que deveria ter sido gerida adequadamente pela Prefeitura, acabou sendo em parte responsabilidade dos cidadãos. Além de enfrentarem a enchente, eles tiveram que lidar com a desinformação, fake news e a ausência de um canal confiável que os orientasse de maneira adequada (Dias e AK Nunes, 2024, p. 14).

A falta de informações por parte de canais oficiais foi apenas um dos fatores que contribuíram para a desordem informacional na região. Não foram encontrados dados concretos sobre quais os meios de comunicação foram mais utilizados pela população na busca de informação. No entanto, vale ressaltar a dificuldade para o acesso a serviços de energia, como divulgado pelo Ministério de Minas e Energia, 534 mil unidades consumidoras do estado estavam com o serviço suspenso por conta das chuvas. Este fator somado ao deslocamento das pessoas para abrigos dificultariam o acesso a aparelhos eletrônicos que dependem diretamente de energia, como televisão, assim impossibilitando também ao acesso de telejornalismo. Em uma apuração feita pelo G1, os serviços de internet fixa também caíram em 50% na capital, para tentar suprir o problema as operadoras telefônicas liberaram os serviços de modo gratuito para acesso a internet no estado. Uma população fragilizada e com acesso limitado a informações são elementos que contribuem para a circulação de desinformação e um terreno fértil para a criação de teorias conspiratórias.

Entende-se então que as coberturas ambientais são responsáveis pela percepção que a população pode ter de um desastre climático. Fatores que perturbem essa visão pública dos desastres climáticos, tais como a desinformação, são maléficos para a sociedade. Sendo assim, para fins desta investigação a questão problema, norteadora da pesquisa, foi definida como:

Quais foram as três principais desinformações a respeito das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, como elas midiaticizaram e de que forma a agência Aos Fatos buscou combatê-las?

Objetivos

1.1. Objetivo Geral

Apresentar como a agência AOs Fatos combateu as três principais desinformações sobre as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024

1.2. Objetivos Específicos

- 1.2.1. Mapear as três principais desinformações sobre as enchentes no RS em 2024, a partir de critérios definidos.
- 1.2.2. Compreender como ocorreram as mídiatizações destas desinformações.
- 1.2.3. Identificar como a agência Aos Fatos buscou combater essas desinformações.

1.3. Justificativa

A justificativa trata-se da relevância acadêmica e social que a pesquisa possui, bem como, deve propor suas contribuições para a área da comunicação. Sobre a justificativa Jiani Bonin escreve:

Seu sentido remete ao compromisso que temos, enquanto pesquisadores, com o campo da comunicação e frente a realidade a qual estamos inseridos, que deve orientar as decisões relacionadas às escolhas dos problemas relevantes a serem investigados (Bonin, 2006, p. 23).

Deste modo, a justificativa o pesquisador deve demonstrar apropriação do conhecimento acumulado, o domínio sobre o assunto a ser abordado, com o objetivo de ampliar os saberes, contribuir socialmente e evidenciar a relevância da pesquisa para o contexto atual em que se insere.

Assim, o capítulo A reconfiguração da sociedade na era da desinformação: reflexões a partir da vertente crítica de Armand e Michele Mattelart, publicado no livro “Pensamiento Crítico en Comunicación: Realizaciones transdisciplinarias y trasmedotológicas mattelartianas” (2021) os autores Bonito, Foletto e Santos atualizam os estudos de Mattelart e os relacionam com conceitos de Wardle e Darakshan para abordar a maneira como a desinformação ameaça o estado democrático:

Nessa perspectiva, o excesso de informação está colocando a sociedade em risco: a disputa pelo controle informacional torna-se uma guerra simbólica e ideológica - central na atualidade, cujo armamento mais perigoso e ameaçante às democracias pode ser observado através das estratégias de desinformação e as variantes que emergem a partir dela (Bonito, Foletto e Santos, 2021, p 225)

Isto se dá pelo fato que a desinformação pode ser entendida como a disseminação intencional de fatos adulterados ou criados, com o intuito de manipular a percepção de realidade de um determinado grupo conforme a teoria da Desordem

Informacional de Wardle e Darakshan. Deste modo, pode ser vista como uma arma ideológica capaz de desestabilizar diversos eixos de um Estado democrático. Pessoas com menor acesso a produção jornalística de qualidade se tornam mais suscetíveis e são usadas por agentes da desordem informacional. Essa falta de acesso a produtos jornalísticos pode ser observada durante as cheias no Rio Grande do Sul, decorrente da falta de energia e a disponibilidade de apenas dados móveis limitou o consumo de informação de qualidade.

O combate à desinformação, especialmente em momentos de desastres climáticos, é essencial, pois a população necessita de informações sobre resgates, contextualização do ocorrido, regiões de risco e orientações que podem ser vitais para tomadas de decisão em relação a sua própria segurança, é o que observa Girardi sobre a importância da mídia em situação de desastres:

Os riscos climáticos devem ser comunicados à sociedade de forma clara e acessível, garantindo que as pessoas saibam como se preparar para os desastres e quais medidas tomar caso precisem deixar suas casas. (Girardi, 2025, p 15)

O conhecimento sobre mudanças climáticas é de suma importância, especialmente para a prevenção de crises oriundas de desastres. Esta ideia da comunicação como algo essencial para compreender as mudanças climáticas e evitar o caos durante desastres climáticos como o ocorrido no Rio Grande do Sul, é partilhada por Eloisa Loose:

Comunicar com responsabilidade a gravidade e a amplitude das MCs, assim como informar sobre as alternativas existentes para minimizarem-se os riscos e contribuir para a solução dessa crise, é fundamental – e o jornalismo, a partir de seu papel social, torna-se ator-chave para fomentar tais discursos e, quem sabe, colaborar com a transformação social. (Loose, 2024, p. 22)

Sob esta ótica de que o jornalismo está cumprindo um papel social, é importante observar que a informação de qualidade relativa ao meio ambiente está prevista como um direito, conforme a Política Nacional de Meio Ambiente. Em seu art. 4, inc. V, é projetado como um dos objetivos dessa política a divulgação de dados e informações ambientais e a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico. Bem como, segundo o artigo 9, inc. VII, garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes (Lei N° 6.938, 1981).

O jornalismo, nesse sentido, segue um código de ética publicado em 2007 pela Federação Nacional de Jornalistas, no artigo 1º o jornalismo tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação (FENAJ, 2007). Assim divulgando informações consideradas de interesse público. Deve-se considerar que a desinformação prejudica a manutenção dos direitos da população e fere os princípios democráticos de acesso à informação.

Ao analisar como a desinformação e seus impactos na democracia ambiental, Hartwig (2023) menciona que a desinformação promovida pela extrema direita brasileira durante o período de 2019 e 2022 foi acompanhada por uma grande flexibilização da política ambiental.

Isso porque, além da política de desinformação ambiental e climática promovida pelo poder executivo federal (2019-2022), conforme foi demonstrado no item anterior, esta foi acompanhada de uma intensa desregulamentação das normativas e políticas protetivas do meio ambiente (Hartwig, 2023, p. 75)

Segundo Wardle e Darakshan, a produção de desinformação não é um processo inocente, e é feita de maneira intencional para atender a ideais de determinados grupos. A flexibilização da política ambiental em prol de interesses políticos, enquanto simultaneamente se desmoralizou a preservação da fauna e flora e se descredibilizaram ativistas e povos originários foi uma escolha consciente.

A produção de informações falsas é feita de modo estratégico e moldada para que determinados grupos a recebam e a aceitam como fato. Os agentes têm em mente públicos específicos quando criam desinformação, e os assuntos-alvo das mensagens são diferentes. A desinformação frequentemente destaca deliberadamente diferenças e divisões, sejam elas entre partidários de diferentes partidos políticos, nacionalidades, raças, etnias, grupos religiosos, classes socioeconômicas ou castas (Wardle e Darakhshan, 2017, p. 50).

Os autores ainda complementam que dessa maneira, isto é, isolando grupos específicos, a desinformação consegue penetrar o discurso público e assim tratá-los como fato. Ainda, Wardle e Darakshan chamam a desinformação criada por agentes de mensagens, e para torná-las mais atraentes e portanto mais amplamente compartilhadas, são implementadas características. São elas: Provocar uma resposta emocional, ter um poderoso componente visual, ter uma narrativa forte e ser repetida. Os autores destacam que a questão de repetição e compartilhamento como essencial para essa assimilação da mensagem como verdadeira, especialmente quando distorcida por bots que procuram “enganar” a plataforma.

“Essas técnicas podem criar uma falsa impressão de popularidade sobre o conteúdo” (Wardle e Darakshan, 2017, p. 57).

Assim, uma mensagem que é compartilhada e que recebe muitas curtidas tende a não ser questionada, isso se dá, “porque seres humanos tendem a seguir as massas, particularmente quando a massa parece incluir amigos e familiares” (Wardle e Darakshan, 2017, p. 58). Os autores ainda completam que as pessoas tendem a não questionar ideias que alinham com seu pensamento e são afetadas por um raciocínio motivado pelo desejo de estarem certas.

A desinformação ambiental se mostra um problema democrático quando se utiliza da divulgação de informações falsas para desmoralizar a ciência e simultaneamente desestabilizar a política ambiental. Sobre o desmonte das políticas ambientais Hartwig fala:

Como consequência da política ambiental adotada, entre os anos de 2019 e 2021, observou-se, no bioma Amazônia, um aumento de 56,6% da taxa anual de desmatamento, quando comparado com os anos de 2016 a 2018. Ainda, mais da metade do desmatamento no último triênio ocorreu em terras públicas, sendo 83% de domínio federal, enquanto a derrubada de florestas em terras indígenas aumentou em 153% (Hartwig, 2023, p. 78)

Os impactos também ocorrem da esfera social, Não se pode deixar de mencionar a gravíssima situação do povo indígena Yanomami, um grupo de aproximadamente 35 mil indígenas que vivem na floresta amazônica.

Nesse sentido, 570 crianças morreram por doenças tratáveis no mandato de Jair Bolsonaro, com um aumento de 30% em relação ao período anterior. De acordo com juristas como Fernanda Frizzo Bragato²⁴¹ e Lenio Luis Streck²⁴², há fortes indícios do crime de genocídio por parte do ex-presidente e sua gestão, principalmente em razão das omissões diante de 21 ofícios que relatavam a emergência e pediam ajuda, mas que foram ignorados pelo governo federal (Hartwig, 2023, p. 79)

Os povos originários foram negligenciados e também foram alvos de desinformação por parte do governo Bolsonaro, como observado em tópico anterior. Hartwig ainda ressalta que a desinformação ambiental não ocorre em um vácuo e está sempre ligada a uma agenda neoliberal e de extrema direita:

Isso porque, qualquer estratégia séria e verdadeiramente comprometida em mitigar as mudanças climáticas terá implicações econômicas e políticas incompatíveis com os ideais libertários e neoliberais de mercados livres não regulamentados (Hartwig, 2023, p. 80)

Tendo em vista a midiaticização de desastres naturais, somado a polarização no contexto político atual do país, é interessante ressaltar que no ano de 2024 ocorreram eleições municipais. No artigo Comunicação Pública e Eleições: o acontecimento das Enchentes de 2024 e sua tematização no Horário Gratuito Político Eleitoral (HGPE) de Porto Alegre, as autoras Carnelli, Gomes e Feitosa abordam como o tema das eleições foi vinculado às eleições municipais:

A proximidade temporal da eleição municipal de 2024 em relação à afetação das Enchentes de Maio em Porto Alegre a colocam como espaço privilegiado de individualização desse acontecimento público. A escolha eleitoral de cada cidadão foi potencialmente impregnada pela experiência de compreensão do evento (Carnielli, Gomes e Feitosa, 2024, p. 5)

Deste modo, as enchentes, por serem o maior desastre ambiental ocorrido no estado do Rio Grande do Sul, é de se esperar que candidatos enfrentaram durante a campanha eleitoral a pressão para que soluções fossem apresentadas. No entanto, não é o que observam as autoras:

Ao invés de ser um tema estruturante do debate político, as Enchentes foram tratadas como um elemento contingente e instrumentalizado dentro das dinâmicas estratégicas do HGPE, sem a devida vinculação a questões mais amplas, como mudanças climáticas e planejamento urbano. Dessa forma, questiona-se se a democracia e a comunicação pública saem fortalecidas de uma eleição em que o maior desastre da cidade foi escamoteado pela propaganda eleitoral (Carnielli, Gomes e Feitosa, 2024, p 20)

Durante o ano de 2024, as autoras então observam que o assunto que era de interesse público foi deixado de lado pelos candidatos. A comunicação pública enfrentou um desafio durante o período de maio, quando ocorreram as enchentes. Conforme o artigo Comunicação pública e desinformação: mitigação de danos à democracia diante de eventos climáticos extremos, de Feitosa (2024) a comunicação foi desordenada nas instâncias municipais, estaduais e mesmo federais. Os efeitos na população são observados pela autora: Eventos assim produzem na sociedade a percepção de ineficiência e falta de transparência na Comunicação Pública, o que pode levar à perda de confiança nas autoridades, dificultando a cooperação durante crises agudas e em etapas posteriores, como na recuperação de desastres e prevenção futura (Feitosa, 2024). Assim, a população passa a confiar em formas alternativas de consumir informação, como redes sociais.

Dessa maneira observa-se que a disseminação de desinformação é uma trama complexa, planejada e estruturada para atender as ideias de um determinado grupo. Bem como, o Brasil mostra um país polarizado e suscetível ao compartilhamento de desinformação

como estratégica da extrema direita. Por sua vez, a tragédia no Rio Grande do Sul foi um desafio para a área da comunicação nacional. Portanto, este trabalho procura contribuir para a pesquisa e combate à desinformação no país.

Assim, a escolha desta problemática, bem como a concepção deste trabalho está diretamente baseada no compromisso com a ética jornalística e com a produção científica. Valores estes recebidos nos anos de graduação em uma universidade pública, e portanto, com a consciência de que produções acadêmicas tem o intuito de gerar conhecimento para a sociedade como um todo, este presente trabalho tem a premissa de ser um tijolo na grande construção de uma comunicação sólida em meio a uma infomedia de informações. O combate à desinformação é também uma maneira de manutenção dos direitos de acesso à informação, como também, uma das muitas maneiras de proteção ao estado democrático.

2. Metodologia

Durante o desenvolvimento de um projeto é crucial estabelecer uma metodologia para a pesquisa, isto se dá pelo fato de que ela norteia o trabalho, determinado quais caminhos o pesquisador deve trilhar para garantir uma produção científica de qualidade. Sobre o assunto, Bonin escreve:

A metodologia pode ser pensada como dimensão que norteia, orienta, encaminha os processos de construção da pesquisa, em todos' os seus níveis; como instância corporificada em fazeres, operações experimentações e procedimentos que vão dando feição ao objeto do conhecimento, que vão se inscrevendo em lógicas atuantes na captura e fabricação pensada deste objeto (Bonin, 2008, p. 121).

Desta maneira, a metodologia aproxima o pesquisador de seu objeto, isto é, amplia seu conhecimento sobre o tema, mostrando os trabalhos já desenvolvidos da área. Assim é possível produzir um material capaz de contribuir para o progresso científico.

2.1 Pesquisa Exploratória

A pesquisa exploratória é uma crucial parte da produção científica procurando entender o que já se sabe sobre o fenômeno estudado. Como observa Jiani Bonin, a pesquisa exploratória é um movimento de aproximação ao fenômeno concreto a ser investigado buscando perceber seus contornos, e suas especificidades, suas singularidades (Bonin, 2006 p. 39) Deste modo, a pesquisa é uma maneira de levantar o estado da arte e compreender os estudos realizados por outros pesquisadores.

Sobre maneiras de realizar uma pesquisa exploratória, a autora ainda complementa: Os percursos exploratórios podem incluir uma gama de procedimentos, como o levantamento de dados já existentes relacionados ao fenômeno investigado disponíveis em bancos de dados, em pesquisas anteriores (Bonin 2011). Portanto, buscando levantar dados sobre pesquisas relacionadas à desinformação climática foram examinados os repositórios, bem como a plataforma Google Acadêmico. A pesquisa exploratória foi realizada durante o primeiro semestre de 2025, só foram contabilizados na tabela os resultados satisfatórios e relevantes à produção deste trabalho. A tabela abaixo tem o intuito de sistematizar o processo realizado.

Tabela 1 - Pesquisa Exploratória

Categoria	Ano	Título do Trabalho	Autores	Palavras-chave	Repositório
Tese	2021	Jornalismo e Mudanças climáticas desde o Sul: Os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade	Eloisa Loose	Jornalismo + Crise Climática	CAPES
Tese	2011	O Jornal Nacional e a crise ambiental: uma análise do discurso das notícias sobre mudanças climáticas	Ana Paula Zaguetto Alves	Jornalismo + Crise climática	CAPES
Dissertação	2023	A desinformação climática e seus impactos na democracia ambiental	Elisa Hartwig	Meio Ambiente + Desinformação	CAPES
Dissertação	2008	A ética no discurso do Jornal Zero Hora sobre mudanças climáticas	Dinair Teixeira	Jornalismo + Crise climática	CAPES
Dissertação	2022	Clima Acessível: Uma reflexão crítica sobre a produção jornalística com acessibilidade comunicativa	Caroline Andrades	Jornalismo + crise climática	CAPES
Dissertação	2024	Mudanças climáticas: uma análise da cobertura jornalística na América Latina	Karolina Gomes	Jornalismo + crise climática	CAPES
Dissertação	2011	Da previsão do tempo às catástrofes climáticas: os valores notícia dos acontecimentos climáticos no Jornal Zero Hora (RS)	Anaqueli Rubin	Enchente + Jornalismo	CAPES
Dissertação	2021	O fact-checking no combate a desinformação: um estudo de caso da Agência Lupa e suas estratégias para a retomada da verdade factual	Lizete Nóbrega	Desinformação + Jornalismo + Meio Ambiente	Lume (UFRGS)
Trabalho de	2022	Mudanças Climáticas:	Bibiana	Jornalismo +	Lume

Conclusão de Curso		a Cobertura local de um problema global nos portais de notícias do Rio Grande do Sul	Davila	Crise Climática	(UFRGS)
Artigo	2024	Estratégias para enfrentar a desinformação climática	Eloisa Loose Lucas Wendt Jussara Borges	Jornalismo Ambiental + Desinformação	Lume (UFRGS)
Resumo publicado em evento	2024	Enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul: O negacismo científico a partir de uma análise bakhtiniana	Elis Alberti	Enchentes + Desinformação	Lume (UFRGS)
Artigo	2024	Rio Grande do Sul e o ecossistema de desinformação: narrativas sobre a crise climática	Thiago Henrique de Jesus-Silva; Helena Martins do Rêgo Barreto	Crise Climática + Desinformação	Lume (UFRGS)
Artigo	2024	Desinformação - Uma Análise sobre o negacismo climático no instagram diante da crise no Rio Grande do Sul	Tamara Moraes	Crise climática + Desinformação	Lume (UFRGS)
Artigo	2024	O impacto das imagens geradas por IA nas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024	Leriany Barbosa Tizon; Gabriella de Barros; Graziela Bianchi	Enchentes + Desinformação	Google Acadêmico
Artigo	2024	Informação, desinformação e infodemia: análise de conteúdos divulgados sobre as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024	Gustavo Teixeira de Faria Pereira; Marcello Kochhann Lucas	Enchentes + desinformação	Google Acadêmico
Artigo	2024	Essa informação é verdadeira ou não, Fátima? Uma análise da checagem automatizada da Aos Fatos sobre as enchentes no Rio Grande do Sul	Paulo Pessoa; Ivan Bonfim	Enchentes + Desinformação	Google Acadêmico
Artigo	2025	Letramento e Integridade da	Cátia Lassalvia;	Enchentes RS + Desinformação	Google Acadêmico

		Informação: O midiatismo da Agência Lupa na cobertura da enchentes do Rio Grande do Sul e o papel da educação midiática	Marco Câmara; Maristella Gabardo;		
Artigo	2020	A desinformação sobre meio ambiente no Facebook: o caso das queimadas no Pantanal Brasileiro	Raquel Recuero; Felipe Soares	Jornalismo + Desinformação + Meio Ambiente	Google Acadêmico
Artigo	2024	Comunicação pública e desinformação: mitigação de danos à democracia diante de eventos climáticos extremos	Sara Alves Feitosa	Jornalismo + Enchentes + Eleições 2024	Google Acadêmico
Artigo	2024	"Não é hora de achar culpados" o desmonte de políticas ambientais no governo de Eduardo Leite e a calamidade climática no Rio Grande do Sul	Nairana Karkow Bones Luana Broni de Araújo	Desinformação + Eduardo Leite	Google Acadêmico

Fonte: Autor (2025)

Tendo em vista os dados coletados nesta primeira pesquisa, foi possível compreender um pouco sobre o estado da arte do objeto a ser observado. De modo geral, pode-se observar que a conexão entre jornalismo e meio ambiente não é algo particularmente novo, considerando a dissertação mais antiga encontrada sendo de 2008. No entanto, o vínculo destes temas com a desinformação é mais recente, datados após o início da década de 2020.

Quando se pensa no elemento de enchentes no Rio Grande do Sul e desinformação o material encontrado se enquadra na categoria artigos, publicados entre 2024 e 2025, no entanto, é importante ressaltar que a tragédia no RS é um acontecimento recente, e mais pesquisas podem estar em produção ou serem publicadas após este presente trabalho.

A pesquisa apresentou um bom resultado, os trabalhos encontrados serão de suma importância para a elaboração desta pesquisa, bem como, ajudam a compreender o objeto através das lentes acadêmicas.

2.2. Pesquisa Teórica Conceitual

A pesquisa teórica conceitual tem um intuito de compreender quais teorias já foram desenvolvidas sobre o problema observado. Sobre o desenvolvimento da pesquisa teórica conceitual Jiani Bonin escreve:

Quando assumida com força na investigação, a pesquisa teórica possibilita experimentar perspectivas diversas desde onde compreender o fenômeno que se quer pesquisar e deve nos permitir chegar a um ponto de vista multiperspectivado se acolhemos a multidimensionalidade que os fenômenos midiáticos e comunicacionais encerram capaz de nos ajudar na sua compreensão (Bonin, 2008 p. 124).

Deste modo, a pesquisa teórico conceitual auxilia na compreensão do fenômeno estudado, bem como, é possível entender quais caminhos adotados por outros pesquisadores para analisar o objeto. Deste modo, é possível determinar, a partir do método científico, a melhor maneira metodológica e conceitual.

Assim sendo, a partir dos resultados da pesquisa exploratória foi realizada a pesquisa teórica conceitual em busca das teorias utilizadas para analisar a desinformação. Para sistematizar os resultados os dados foram inseridos na tabela abaixo:

Tabela 2 - Pesquisa Teórica Conceitual

Categoria	Ano	Título	Autor	Palavra-chave	Teoria/Conceito + Autor
Tese	2021	Jornalismo e Mudanças climáticas desde o Sul: Os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade	Eloisa Loose	Jornalismo + Crise Climática	Não trabalha com desinformação
Tese	2011	O Jornal Nacional e a crise ambiental: uma análise do discurso das notícias sobre mudanças climáticas	Ana Paula Zaguetto Alves	Jornalismo + Crise climática	Não trabalha com desinformação
Dissertação	2023	A desinformação climática e seus impactos na democracia	Elisa Hartwig	Meio Ambiente + Desinformação	Maria de Paula Silveira; Hannah Arendt; Barreto e Venturi;

		ambiental			Don Fallis
Dissertação	2008	A ética no discurso do Jornal Zero Hora sobre mudanças climáticas	Dinair Teixeira	Jornalismo + Crise climática	Não trabalha com desinformação
Dissertação	2022	Clima Acessível: Uma reflexão crítica sobre a produção jornalística com acessibilidade comunicativa	Caroline Andrades	Jornalismo + crise climática	Não trabalha com desinformação
Dissertação	2024	Mudanças climáticas: uma análise da cobertura jornalística na América Latina	Karolina Gomes	Jornalismo + crise climática	Antoniele Luciano
Dissertação	2011	Da previsão do tempo às catástrofes climáticas: os valores notícia dos acontecimentos climáticos no Jornal Zero Hora (RS)	Anaqueli Rubin	Enchente + Jornalismo	Não trabalha com desinformação
Dissertação	2021	O fact-checking no combate a desinformação: um estudo de caso da Agência Lupa e suas estratégias para a retomada da verdade factual	Lizete Nóbrega	Desinformação + Jornalismo + Meio Ambiente	Desordem Informacional (Wardle Darakshan)
Trabalho de Conclusão de Curso	2022	Mudanças Climáticas: a Cobertura local de um problema global nos portais de notícias do Rio Grande do Sul	Bibiana Davila	Jornalismo + Crise Climática	Não Trabalha com desinformação
Artigo	2024	Rio Grande do Sul e o ecossistema de desinformação: narrativas sobre a crise climática	Thiago Henrique de Jesus-Silva; Helena Martins do Rêgo Barreto	Crise Climática + Desinformação	Desordem Informacional (Wardle e Darakshan);

Artigo	2024	Desinformação - Uma Análise sobre o negacismo climático no instagram diante da crise no Rio Grande do Sul	Tamara Moraes	Crise climática + Desinformação	Desinformação (Lewandowsky)
Artigo	2024	O impacto das imagens geradas por IA nas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024	Leriany Barbosa Tizon ; Gabriella de Barros ; Graziela Bianchi	Enchentes + Desinformação	Desordem Informacional (Wardle Darakshan)
Artigo	2024	Informação, desinformação e infodemia: análise de conteúdos divulgados sobre as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024	Gustavo Teixeira de Faria Pereira ; Marcello Kochhann Lucas	Enchentes + desinformação	Desordem Informacional (Wardle e Darakshan)
Artigo	2024	Essa informação é verdadeira ou não, Fátima? Uma análise da checagem automatizada da Aos Fatos sobre as enchentes no Rio Grande do Sul	Paulo Pessoa ; Ivan Bonfim	Enchentes + Desinformação	Desordem Informacional (Wardle e Darakshan)
Artigo	2025	Letramento e Integridade da Informação: O midiatismo da Agência Lupa na cobertura da enchentes do Rio Grande do Sul e o papel da educação midiática	Cátia Lassalvia ; Marco Câmara ; Maristella Gabardo ;	Enchentes RS + Desinformação	Desordem Informacional (Wardle e Darakshan)
Artigo	2020	A desinformação sobre meio ambiente no Facebook: o caso das queimadas no Pantanal Brasileiro	Raquel Recuero ; Felipe Soares	Jornalismo + Desinformação + Meio Ambiente	Desordem Informacional (Wardle e Darakshan)
Artigo	2024	Comunicação pública e desinformação: mitigação de danos à democracia	Sara Alves Feitosa	Jornalismo + Enchentes + Eleições 2024	Salles e Santini; Wainberg; Wardle e Darakshan; Recuero

		diante de eventos climáticos extremos			
--	--	---	--	--	--

Fonte: Autor (2025)

A pesquisa teórica conceitual foi realizada em cada um dos trabalhos, em busca de conceitos e teoria que colaborem para responder à questão problema, bem como atingir os objetivos do trabalho.. Os resultados apontaram que a maioria dos autores trabalha com a teoria da Desordem Informacional, desenvolvida por Wardle e Darakshan no livro Desordem Informacional: para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas, publicado em 2017, sendo então a atual referência no estudo da desinformação.

A pesquisa ainda apontou alguns trabalhos que não tratam a temática de desinformação, no entanto, abrangem o tema de coberturas ambientais e por esse motivo foram inseridos durante a pesquisa exploratória inicial. Este trabalhos auxiliam a entender o panorama da crise climática e apontam uma apuração científica dos impactos no meio ambiente, dados este cruciais para este trabalho.

Sendo assim, levando em consideração a pesquisa, a teoria da Desordem Informacional será tratada e criticada, por apresentar consenso na área acadêmica. Além disso, também trabalharemos com os conceitos de jornalismo ambiental explorado por Eloisa Loose e Ilza Girardi.

2.3. Pesquisa Metodológica

A pesquisa Metodológica consiste em analisar os trabalhos encontrados anteriormente, durante a Pesquisa Exploratória, agora sob o viés da metodologia utilizada pelos autores. Sobre este processo Bonin escreve:

A pesquisa metodológica (que também se realiza na pesquisa da pesquisa) é, então, um movimento importante para alicerçar este âmbito da fabricação pensada dos objetos. Ela exige a instauração de processos de estudo, reflexão, desconstrução, reformulação e apropriação de propostas metodológicas (contidas em textos metodológicos reflexivos e em pesquisas concretas), para delas extrair elementos que possibilitem arquitetar arranjos metodológicos que respondam aos requerimentos das problemáticas com as quais estamos trabalhando.
(Bonin, 2008, p. 124)

Deste modo, a pesquisa metodológica é essencial para escolher qual método científico deve ser escolhido para observar o fenômeno selecionado pelo pesquisador. Neste processo, os resultados da pesquisa exploratória foram analisados levando em consideração o método utilizado pelos autores. Os dados obtidos foram sistematizados na tabela abaixo.

Tabela 3 - Pesquisa Metodológica

Categoria	Ano	Título	Autor	Palavra-chave	Metodologia
Tese	2021	Jornalismo e Mudanças climáticas desde o Sul: Os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade	Eloisa Loose	Jornalismo + Crise Climática	Análise de discurso
Tese	2011	O Jornal Nacional e a crise ambiental: uma análise do discurso das notícias sobre mudanças climáticas	Ana Paula Zagueto Alves	Jornalismo + Crise climática	Análise de Discurso
Dissertação	2023	A desinformação climática e seus impactos na democracia ambiental	Elisa Hartwig	Meio Ambiente + Desinformação	Revisão Bibliográfica e Documental
Dissertação	2008	A ética no discurso do Jornal Zero Hora sobre mudanças climáticas	Dinair Teixeira	Jornalismo + Crise climática	Hermenêutica de Profundidade
Dissertação	2022	Clima Acessível: Uma reflexão crítica sobre a produção jornalística com acessibilidade comunicativa	Caroline Andrades	Jornalismo + crise climática	transmetodologia
Dissertação	2024	Mudanças climáticas: uma análise da cobertura jornalística na América Latina	Karolina Gomes	Jornalismo + crise climática	Estudo de Caso
Dissertação	2011	Da previsão do tempo às catástrofes climáticas: os valores notícia dos acontecimentos climáticos no Jornal Zero Hora (RS)	Anaqueli Rubin	Enchente + Jornalismo	Análise de Conteúdo
Dissertação	2021	O fact-checking no combate a desinformação: um	Lizete Nóbrega	Desinformação + Jornalismo + Meio Ambiente	Estudo de Caso

		estudo de caso da Agência Lupa e suas estratégias para a retomada da verdade factual			
Trabalho de Conclusão de Curso	2022	Mudanças Climáticas: a Cobertura local de um problema global nos portais de notícias do Rio Grande do Sul	Bibiana Davila	Jornalismo + Crise Climática	Análise de Conteúdo
Artigo	2024	Rio Grande do Sul e o ecossistema de desinformação: narrativas sobre a crise climática	Thiago Henrique de Jesus-Silva; Helena Martins do Rêgo Barreto	Crise Climática + Desinformação	Análise de Conteúdo
Artigo	2024	Desinformação - Uma Análise sobre o negacismo climático no instagram diante da crise no Rio Grande do Sul	Tamara Moraes	Crise climática + Desinformação	Análise de discurso
Artigo	2024	O impacto das imagens geradas por IA nas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024	Leriany Barbosa Tizon; Gabriella de Barros; Graziela Bianchi	Enchentes + Desinformação	Análise de conteúdo
Artigo	2024	Informação, desinformação e infodemia: análise de conteúdos divulgados sobre as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024	Gustavo Teixeira de Faria Pereira; Marcello Kochhann Lucas	Enchentes + desinformação	Análise de conteúdo
Artigo	2024	Essa informação é verdadeira ou não, Fátima? Uma análise da checagem automatizada da Aos Fatos sobre as enchentes no Rio Grande do Sul	Paulo Pessoa; Ivan Bonfim	Enchentes + Desinformação	Análise de conteúdo
Artigo	2025	Letramento e Integridade da Informação: O midiatismo da Agência Lupa na cobertura da enchentes do Rio	Cátia Lassalvia; Marco Câmara; Maristella Gabardo;	Enchentes RS + Desinformação	Análise de conteúdo

		Grande do Sul e o papel da educação midiática			
Artigo	2020	A desinformação sobre meio ambiente no Facebook: o caso das queimadas no Pantanal Brasileiro	Raquel Recuero ; Felipe Soares	Jornalismo + Desinformação + Meio Ambiente	Análise de Redes Sociais + Análise de Discurso
Artigo	2024	Comunicação pública e desinformação: mitigação de danos à democracia diante de eventos climáticos extremos	Sara Alves Feitosa	Jornalismo + Enchentes + Eleições 2024	Estudo de caso

Fonte: Autor (2025)

Após a pesquisa metodológica, pode-se apontar que para observar o fenômeno da desinformação e coberturas de desastres ambientais, os autores, geralmente, optam pela análise de conteúdo. Outro método de análise encontrado é a de discurso, feita em trabalhos que tem o intuito de compreender as narrativas da cobertura ambiental.

Considerando o objetivo deste trabalho como observar a maneira com que o jornalismo profissional combate a desinformação, a análise de conteúdo será a melhor opção para atender as especificidades desta pesquisa, nos próximos tópicos serão exploradas as formas de seleção de fonte e conteúdos para a análise.

2.4. Plataforma de checagem jornalística: Aos Fatos

Para a realização da análise de conteúdo e como o jornalismo combate a desinformação, foi selecionada a plataforma de checagem de notícias Aos Fatos, que se descreve em seu site como:

Aos Fatos é uma organização jornalística dedicada ao combate à desinformação, à cobertura da tecnologia e à checagem de fatos. Foi ao ar pela primeira vez em 7 de julho de 2015 e alia tecnologia e investigação jornalística para informar sobre as mentiras que os poderosos contam, endossam e financiam (Aos Fatos)

Assim, Aos Fatos está entre as primeiras iniciativas do gênero no Brasil. A metodologia adotada é de diferenciar através de etiquetas a sua apuração de acordo com parâmetros éticos rigorosos, o que é falso, o que é um erro e o que é feito com a intenção de

enganar (Aos Fatos). Bem como, sobre o modelo de produção de conteúdos para o site e mídias digitais destacam:

Aos Fatos tem no texto jornalístico seu elemento nuclear, e dele derivam-se diferentes formatos editoriais. Em seu site, publicam-se checagens, reportagens, explicadores, análises, quadrinhos e infográficos. É com base nas informações dessa produção jornalística, e apenas dela, que Aos Fatos desenvolve mídias audiovisuais, como vídeos de curta e média duração, e ferramentas auxiliadas por inteligência artificial, como chatbots e monitores interativos (Aos Fatos, 2015).

Sobre a classificação de conteúdos a Aos Fatos possui três selos: Falso, quando se trata de uma desinformação; Não é bem assim, quando se trata de informações falsas ou verdades parciais; Verdadeiro, quando o conteúdo é factual. A escolha de cada selo é argumentada no texto de maneira transparente, conforme explicam no site:

O formato de uma checagem é, na maioria das vezes, determinado pelo uso dos selos de FALSO, NÃO É BEM ASSIM e VERDADEIRO, dissecados adiante. O texto deve justificar a escolha da declaração analisada, explicar o que está errado ou distorcido, destacar as informações corretas sobre o assunto e apresentar as referências usadas para chegar à conclusão publicada (Aos Fatos, 2015, *online*)

Bem como, a Aos Fatos não é vinculada a nenhum outro conglomerado midiático, sendo uma organização completamente independente, algo que garante uma certa autonomia em suas produções. Ainda possui uma forte política de transparência, com os dados podendo serem encontrados facilmente no site.

A escolha da Aos Fatos para este trabalho se deu por ser um veículo que atua de maneira independente, um dos pioneiros no Brasil sobre checagem jornalística com uma política de transparência. Bem como, Aos Fatos possui uma aba exclusiva para negacionismo ambiental com checagem de notícias sobre crise climática, ponto este determinante para a escolha da plataforma para este trabalho, somado ao um grande volume de apurações feitas sobre as enchentes no período de maio de 2024.

2.5. Pesquisa e Seleção de Conteúdos Contendo Desinformação

Conforme a pesquisa metodológica, a análise de conteúdo foi o método mais utilizado pelos autores para observar o fenômeno da desinformação. Desta maneira, para realizar a

seleção do conteúdo para análise foi implementado princípios da análise de conteúdo conforme Bardin:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p. 47).

Assim sendo a análise de conteúdo implementa critérios e avalia o conteúdo seguindo para a obtenção de resultados. Os critérios podem ou não ser determinados pelo autor, e devem ser pensados com base no objetivo do trabalho. Dessa maneira, para fins deste projeto a intenção é selecionar 3 conteúdos que contenham desinformação para serem analisados. Deste modo, foi utilizada a plataforma de checagem de notícias aos Aos Fatos, em seguida, para filtrar o conteúdo foi selecionado o ano de 2024 e as palavras-chave Enchentes + Rio Grande do Sul. Em seguida, foram selecionadas as publicações feitas no mês de maio de 2024, por ser considerado o momento mais crítico da catástrofe. Por fim, foram listados na tabela os dez primeiros resultados:

Tabela 4 - Resultados da Pesquisa na Plataforma aos Fatos

N	Data de Publicação	Título da Publicação / Link
01	07/05	Governo do RS não está fiscalizando documentos nem barrando jet-skis e barcos de voluntários
02	11/05	É falso que lista mostra nomes de crianças sem os pais abrigadas em universidade de Canoas
03	11/05	Governo Lula não destinou mais alimentos a Cuba que para afetados pelas enchentes no RS
04	12/05	É falso que governo federal só permite doação internacional de produtos usados ao RS
05	15/05	Posts enganam ao alegar que presos foram libertados após enchentes no RS
06	16/05	Não é verdade que proibição do uso de drones no RS é para impedir vídeos de corpos boiando
07	27 /05	É falso que Lula mandou interromper doações para o RS
08	21/05	No Roda Viva, Eduardo Leite desinforma sobre responsabilidade do governo gaúcho e alertas pré-enchentes

09	27 /05	Foto falsa gerada por IA não mostra corpos boiando em Canoas
10	11/05	É falso que bombeiros e voluntários encontraram 2.000 corpos em bairro de Canoas

Autora (2025)

Após a obtenção deste material, analisou-se a motivação dos agentes de desinformação, conforme Wardle e Darakshan (2017), existem 3 tipos de motivação que movem os agentes a produzir desinformação, sendo elas Financeira, Política e Social/Psicológica. Para este trabalho será adotado a abordagem Política. Segundo os autores(a), como motivação política entende-se como uma medida não militar de alcançar objetivos políticos com a utilização de dados falsos como propaganda de desestabilização e desmoralização de adversários ou alterações de dados em prol da própria ideologia.

Tabela 5 - Seleção de conteúdo para análise

N	Data de Publicação	Título	Motivação
01	07/05	Governo do RS não está fiscalizando documentos nem barrando jet-skis e barcos de voluntários	Política
02	21/05	No Roda Viva, Eduardo Leite desinforma sobre responsabilidade do governo gaúcho e alertas pré-enchentes	Política
03	15/05	Posts enganam ao alegar que presos foram libertados após enchentes no RS	Política

Autora (2025)

Portanto foram selecionados os 3 conteúdos que contém informações falsas para serem analisados. Os conteúdos foram todos veiculados no mês de maio de 2024, verificados pela agência Aos Fatos, abordando informações falsas sobre as enchentes no Rio Grande do Sul com motivações políticas e psicossociais. A seleção ainda demonstra um potencial elevado de impacto social.

O primeiro conteúdo selecionado é uma publicação do influenciador digital conhecido como Nego Di, alegando que o governo do RS estaria fiscalizando e barrando o uso de jet skis e demais meios de locomoção aquáticos utilizados por civis para resgates.

Imagem 1 - Printscreen da checagem de Aos Fatos sobre Fiscalização de jet skis

7 de maio de 2024, 14:31

Governo do RS não está fiscalizando documentos nem barrando jet-skis e barcos de voluntários

Por Milena Mangabeira

Não é verdade que o governo do Rio Grande do Sul está exigindo que voluntários apresentem documentos de habilitação para pilotar barcos e jet-skis em missões de resgate, como alegam publicações nas redes. Em nota, a Brigada Militar (a PM gaúcha) negou que esteja realizando qualquer tipo de fiscalização similar durante as operações de salvamento das vítimas da enchente no estado.

Aos Fatos (2025)

O segundo conteúdo trata-se de uma entrevista dada pelo governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite para o programa Roda Viva da TV Cultura no dia 20 de maio de 2024. Durante a entrevista, Leite procura suavizar a responsabilidade que o governo gaúcho teve na tragédia do estado utilizando dados falsos. Leite faz uso da sua posição de fonte oficial, em uma plataforma consolidada, para fazer divulgação de dados falseados.

Imagem 2 - Printscreen da checagem de Aos Fatos sobre Eduardo Leite

21 de maio de 2024, 16:58

No Roda Viva, Eduardo Leite desinforma sobre responsabilidade do governo gaúcho e alertas pré-enchentes

Por Amanda Ribeiro, Ethel Rudnitzki e Luiz Fernando Menezes

Em meio à tragédia climática no Rio Grande do Sul — com **2,3 milhões de pessoas afetadas** pelas enchentes, segundo a Defesa Civil estadual —, o governador Eduardo Leite (PSDB) desinformou sobre alertas meteorológicos antes do início da crise e sobre a legislação ambiental

Aos Fatos (2024)

Por fim, o último conteúdo selecionado fala que os presos do sistema prisional gaúcho foram soltos durante as enchentes. Este conteúdo apresenta um alto impacto social podendo gerar pânico e medo na população que estava deixando suas casas

Imagem 3 - Printscreen de Aos Fatos sobre checagem de presos soltos no RS

15 de maio de 2024, 18:46

Posts enganam ao alegar que presos foram libertados após enchentes no RS

Por Bianca Bortolon

Não é verdade que todos os detentos do sistema prisional gaúcho foram soltos devido às enchentes que atingem o estado. Procurada pelo **Aos Fatos**, a SSPS informou que nenhum preso foi libertado, mas que foi necessário transferir provisoriamente 1.057 indivíduos que cumprem pena em regime fechado para outro presídio próximo. Já no caso do regime semiaberto, o Judiciário liberou o monitoramento via tornozeleira eletrônica para os abrigados em um presídio que foi alagado.

Aos Fatos (2024)

3. Reflexão teórica e conceitual

3.1. Verdade e pós verdade

A busca pela verdade está entrelaçada com a história da filosofia, sendo explorada por diversos pensadores e passando por inúmeras interpretações através dos anos. Para Parmênides parte do princípio que existe uma verdade absoluta que o conhecimento verdadeiro é obtido através da razão. O filósofo ainda faz uma clara distinção entre a verdade e opinião, como destaca Ubaldo Nicola ao interpretar o pensamento do autor “Opinião é a crença que se baseia em dados sensíveis e perceptíveis mesmo quando estes parecem certos e evidentes; verdade é convicção baseada em argumentos racionais , mesmo quando essas argumentações parecem em total oposição às evidências sensíveis” (Nicola, 2002, p. 30). Assim, a verdade baseia-se no factual e independe da opinião. Platão parte de uma ideia similar no Mito da Caverna , onde a verdade absoluta existe no mundo das ideias, atrelada à lógica e distante do mundo sensível, podendo ser atingida através da filosofia e do conhecimento verdadeiro.

No entanto, o conceito de verdade divergia já na filosofia clássica. Para os sofistas a verdade é relativa e subjetiva, conforme relata Meneses ao interpretar a linha filosófica:

A verdade para os sofistas era formada pela combinação de fatos e realidades que chegam a cada homem, levando em consideração sua idade, suas condições físicas e emocionais, assim como o momento histórico ao qual estava inserido. A realidade e o homem não são estáticos, e isso se dá pela experiência do sensível, as sensações que fazem com que o homem se relativize” (Meneses, 2020 p. 161).

Apesar do relativismo, Meneses argumenta que os sofistas ainda tinham um comprometimento com o factual: “Os sofistas em seus discursos não inventam fatos ou situações. Eles falavam aos atenienses tomando por base o cenário que estava visível e demonstrável a todos” (Meneses, 2020, p.164). Deste modo, a realidade factual e o relativismo da verdade ainda não haviam sido desconectados dentro da filosofia.

A busca filosófica precede a revolução tecnológica, mas quando se pensa na pós-verdade, é no mundo moderno que ela se estabelece. Partindo da publicação do roteirista e dramaturgo, Steve Tesich para a revista *The Nation*: “De uma maneira muito fundamental nós, pessoas livres, livremente escolhemos que queremos viver em um mundo da pós-verdade” (Tesich, 1992 , p.13)¹. No texto, ele aborda a maneira como o governo norte-americano, do então presidente Ronald Reagan, manipulou informações durante a Guerra do Golfo (1990 - 1991), focando na forma com que a população estadunidense aceitou de modo passivo o controle estatal em nome de valores patriotas. “Apenas víamos o que o governo queria que víssemos e não víamos nada de errado com isso, gostávamos assim. O nosso governo tomando conta de nós” (Tesish, 1992 p.12)² . O autor aborda então como o povo americano poderia escolher uma “verdade” na qual acreditar entre o factual e o manipulado. No entanto, uma exclui a outra, o governo estava ou não mentindo? Na percepção de Tesich, no mundo moderno a verdade é optativa.

Em uma perspectiva mais atual, Santaella aborda em seu livro *A Pós verdade é Verdadeira ou Falsa?* que a verdade se torna um fator secundário no cenário atual, onde a

¹ No original "In a very fundamental way we, as free people, have freely decided that we want to live in a some post-truth world (Tradução: autora)

² No original: We would see only what our government wanted us to see, and we saw nothing wrong with that. We liked it that way. Our government was looking after us (Tradução: Autora).

internet se torna uma arena política que utiliza a informação de forma indiscriminada e todos os usuários são receptores e emissores de conteúdo, conforme ela disse:

De um número comparativamente pequeno de fontes de informação destinadas a uma massa de receptores, hoje a multiplicação de plataformas para redes sociais, blogs, sites e outras conveniências, permite qualquer um, de forma praticamente gratuita, disseminar quaisquer tipos de conteúdo para quaisquer outros usuários que, podem, inclusive, mudar instantaneamente seu papel de receptor para aquele de emissor em um jogo de vai e vem ininterrupto (Santaella, 2018 p. 96).

Nesse sentido, a autora ainda acrescenta que a descentralização da comunicação se torna um problema, pois os canais comunicacionais estão focados em uma agenda política ligada a propagandas ideológicas e desvinculando-se do factual. Somando este fator com a polarização política e a desmoralização de instituições democráticas e mídias tradicionais, se alimenta um sistema que desconfia de informações, não pela sua veracidade mas sim pelo alinhamento político de seu emissor. “Quebram-se, assim para as pessoas, as instituições tradicionais não apenas de transmissão de informação, mas também aquelas que são responsáveis pela divulgação de conhecimento” (Santaella, 2018, p. 52). Assim, desta desconfiança também atinge organizações científicas que dedicam-se à produção de conhecimento.

Como exemplo, Santaella utiliza o movimento de terraplanismo, que se trata do princípio de que o planeta Terra seria plano e não um geóide como já comprovado pela ciência. A questão não é da ordem científica para os receptores, mas sim, a quem está se opondo ao afirmar que a Terra seria plana. A verdade factual pouco importa neste caso, o que está em jogo é a união de crenças através de signos para um combate de um “inimigo” em comum. Para Ernesto Santos, em seu artigo Desinformação, negociismo e pandemia (2022) o que é mais valioso é a coletividade. “Embora esta não seja uma escolha justificada do ponto de vista epistêmico, ela está baseada no papel de crenças como uma ferramenta de coordenação de grupos” (Santos, 2022, p 6). Ou seja, na pós-verdade o fator mais importante é o alimento de dogmas e crenças entre usuários.

Deste modo, revisar e questionar uma informação faz com que um sujeito precise reavaliar um conjunto de normas por ele e pelo seu entorno já pré estabelecidas como essenciais. “A revisão envolve o abandono de crenças que são muito importantes para o sujeito, para sua identidade e para sua identificação com um determinado grupo” (Santos,

2022, p. 9.). Portanto, se está contestando seu entorno de maneira geral, o local de pertencimento. O alinhamento de crenças em virtude das razões de o pertencimento contra razões epistêmicas vai diretamente ao coração do problema: ele afeta a confiança que atravessa o pertencimento a grupos “Traduzindo este problema em termos epistêmicos, a crise de confiança afeta a aceitação das mediações necessárias para todo conhecimento. Isto não vale apenas para a ciência, mas também para saber o que acontece no mundo” (Santos, 2022, p 9). Voltando assim, para Tesich em 1992, a verdade pós-moderna está ligada à forte vontade de acreditar em algo e a necessidade de conexão, diz respeito em quem se deposita confiança e no mundo que se quer enxergar.

No eixo comunicacional, a verdade está ligada com o factual e o compromisso do jornalismo com a imparcialidade, ainda que, como é sabido, a imparcialidade é impossível do ponto de vista da produção de ideias humanas, procurando eliminar ao máximo questões relativistas, como aborda Santaella:

O objeto a que o discurso se refere não é fruto da imaginação ou dos humores de quem enuncia o discurso. Nem é fruto da abstração racional. Ao contrário, aquilo a que o discurso se reporta, de fato, existiu, aconteceu no fluxo do tempo e em um corte do espaço, produzindo efeitos reais no mundo da natureza e dos homens. Esse é o campo semiótico que é precípuo do jornalismo (Santaella, 2018, p.46).

O jornalismo, então, funciona como uma mediação para interpretação do mundo. A autora ainda acrescenta que ainda que o jornalismo não esteja isento de opinião própria e interpretação, mas não quer dizer que não há compromisso com a verdade factual, ainda segundo a autora:

Embora todo discurso seja por natureza interpretativo e traga, mesmo que involuntariamente, marcas da personalidade de quem o enuncia, o fato, o acontecimento, a situação a que o discurso se reporta são indestrutíveis. Inegavelmente, ocorreram. A tarefa do jornalismo é reportar, trazê-los à luz por meio de interpretações tanto quanto possível lúcidas (Santaella, 2018).

Assim, todo o discurso possui teor ideológico e no entanto, o factual é irreduzível e imutável no jornalismo. Para os fins desta pesquisa, é de interesse refletir sobre como a sociedade se relaciona com o conceito de verdade, e de que maneira essa interpretação afeta o consumo de desinformação. Se os indivíduos podem escolher entre qual verdade irão tomar como legítima, sem precisar de compromisso com a informação factual, abre-se uma brecha para que a desinformação penetre os campos da comunicação e esfera pública. Esse

relativismo, somado a uma predisposição a alinhar a verdade conforme crenças individuais, “resulta na incapacidade da análise crítica por parte do indivíduo da sua situação de classe e limitação do seu aprendizado” (Albuquerque e Rodas, 2023, p. 10). Portanto, ocorre uma distorção da realidade ao dissociar o factual da verdade.

Assim, ao analisar a midiatização da desinformação no Rio Grande do Sul é necessário olhar para tudo aquilo que circunda o objeto, neste caso a circulação de informação está diretamente conectada com a maneira que indivíduos interpretam a verdade. Por sua vez, esta interpretação é afetada por fatores como o meio em que este indivíduo está inserido, crenças pessoais, eixo político e partidário etc. Ao decorrer dos capítulos esta discussão será abordada.

Ainda que o jornalismo possua compromisso com o fato, o que ocorre é que a informação no mundo digital não apenas é produzida pelos meios tradicionais de comunicação, agora o consumidor é receptor e emissor, interage diretamente com conteúdos, assim desinstitucionalizando o processo informacional. Portanto, o jornalismo procura novas maneiras de reduzir a desinformação dentro da esfera pública, como por exemplo: as plataformas de checagem que são alvo desta pesquisa. Ainda, pensando em como a desinformação cria uma teia caótica, e complexa, nos próximos tópicos, será abordado que é Desordem Informacional, teoria criada por Wardle e Darakshan.

3.2.. Definições de Desinformação e Teoria da Desordem Informacional e suas implicações

A circulação de informações falseadas não é algo oriundo da era digital, antecede a internet e são utilizadas a muito tempo como uma forma de chamar atenção de um público através de manchetes apelativas em prol monetário, como observa Santaella:

Basta pensar na longa história dos tabloides, das fofocas acerca da vida de celebridades, das táticas de estilo das revistas para fisgar o público. Sabe-se também como as estratégias de sedução e persuasão da publicidade sempre funcionaram. Em quaisquer casos, são mensagens de forte apelo visual, cujas chamadas são tão inacreditáveis que se tornam irresistíveis. Nas redes esses mesmo princípios continuam presentes (Santaella, 2018, p. 29)

Portanto, o que há de novo sobre o assunto? A autora argumenta que na era digital, especialmente, após as redes sociais se popularizarem, ocorre uma desinstitucionalização da produção de conteúdo comunicacional:

O que difere agora é o modo como as notícias são produzidas, disseminadas e interpretadas. Tradicionalmente, na era hegemônica da comunicação de massas, as notícias eram fabricadas em fontes restritas, relativamente confiáveis na medida em que deveriam seguir práticas baseadas em códigos estritos de deontologia, ou seja, o conjunto de deveres, princípios e normas adotadas por um determinado grupo profissional, nesse caso, a profissão de jornalista (Santaella, 2018, p. 30)

Deste modo, no século XXI e dentro da cibercultura, o receptor também se torna um emissor de informação. No entanto, esta forma de comunicação não segue princípios e códigos de ética ligados às profissões da área de comunicação. Um exemplo de rompimento com a mídia tradicional é a ascensão de influencers digitais que criam conteúdos e acumulam milhares de seguidores que lhes atribuem credibilidade ainda que não tenham o comprometimento com comunicar, apenas com o compartilhamento de informações que muitas vezes não passam por uma apuração de fatos.. “A cultura digital e das redes sociais surgiram novos modos de publicar, compartilhar e consumir informação e notícias que são pouco submetidas a regulações ou padrões editoriais” (Santaella, 2018, p. 30). Assim, um rompimento com a ideia profissional de comunicar.

Neste mesmo pensamento, segundo os autores Wardle e Darakshan no Desordem Informacional: para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas pública observam este ecossistema digital e identificam três diferentes conceitos, sendo eles: informação falsa, informação maliciosa e desinformação, assim conforme a definição dos autores:

Desinformação: informação falsa e deliberadamente criada para causar danos a uma pessoa, grupo social, organização ou país.

Informação falsa: informação falsa, mas que não foi criada com a intenção de causar danos.

Informação maliciosa: informação baseada na realidade, mas usada para causar danos a uma pessoa, organização ou país (Wardle e Darakshan, 2017, p. 28).

A circulação desses três conteúdos na internet geram a Desordem Informacional (Wardle e Darakshan, 2017). Ou seja, um volume excessivo de desinformações, informações maldosas e falsas que tornam difícil para o receptor distinguir entre a informação verdadeira.

De fato, todas as áreas estão sujeitas a desinformação, mas é na política que Santaella destaca o impacto social. “Justamente esse campo de atuação e decisão de que dependem os destinos da democracia. A democracia implica que as pessoas estejam devidamente informadas sobre os temas candentes de modo a serem capazes de debater e tomar decisões” (Santaella, 2018). Ou seja, a desinformação política influencia diretamente movimentos políticos e desestabiliza democracias.

Quando se pensa nas enchentes de 2024 e produção de conteúdos falsos está muito relacionada à atuação governamental perante a crise, em especial a do atual presidente. Entre algumas das desinformações que circularam está que Lula teria impedido doações para o RS, que teria importado arroz chinês feito de plástico e que teria investido mais em Cuba do que no Rio Grande do Sul (Aos Fatos, 2024). Este tipo de conteúdo enganoso tem como propósito promover não apenas uma falta de confiança no Estado, como fomentar a frustração da população utilizando do apelo emocional coletivo que situações de crise causam, bem como contribuir para o movimento antipetista.

A utilização da desinformação dentro do campo político é o principal motivo pelo qual deve haver um combate à disseminação de conteúdos falsos. Esta circulação dentro do meio digital é capaz de modificar opiniões dentro da esfera pública “A partir disso entende-se que as plataformas de mídias sociais podem ser usadas para manipular o processo deliberativo e gerar pressões sobre o sistema político” (Albuquerque e Rodas, 2023, p. 6). Assim, esta alteração não é orgânica, é feita de modo intencional pelos agentes.

O interessante sobre as enchentes no Rio Grande do Sul que ocorreram meses antes das eleições municipais, está na reeleição de Sebastião Melo (MDB) para a prefeitura de Porto Alegre. Ainda que uma das principais causas das cheias na cidade terem ocorrido por falta de manutenção e gestão pública, o candidato foi reeleito através de uma campanha que pouco abordou as consequências da crise ambiental e focando principalmente na reconstrução necessária na área econômica como observam Feitosa, Carnielli e Gomes (2025). Sobre este caso, é interessante destacar o movimento estrutural de discreditação que o Partido dos Trabalhadores de modo geral sofre no país, sendo um grande alvo de campanhas de desinformação através dos anos, afim de puxar uma agenda de direita no país.

Por conseguinte, a desinformação tem o propósito de influenciar na produção de conhecimento para criar uma percepção distorcida da realidade que pode se relacionar com projetos de poder ligados a ideologia de extrema direita (Albuquerque e Rodas, 2023, p. 8).

Desta maneira, uma outra forma de utilizar a Desordem Informacional em prol de agendas de extrema direita é criando uma distração ou cortina de fumaça que distraia a população de mudanças realizadas na esfera política. Entre os tantos casos passíveis de citação, está a fala de Ricardo Salles, então Ministro do Meio Ambiente durante o governo Bolsonaro sobre aproveitar que a mídia brasileira estava voltada para a cobertura da Pandemia de Covid-19 para ir “Passando a boiada” em questões ambientais no país. Algumas das mudanças implementadas neste período está "Declaração de Reconhecimento de Limites" e permite a invasão, a exploração e até a comercialização de terras indígenas ainda não homologadas, flexibilização na utilização de agrotóxicos, tentativa de anistiar e legitimar grilagem e desmatamento na região da Amazônia e sucateamento de órgãos Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Deste modo, a desinformação deve ser entendida como criação intencional de conteúdos falsos com o objetivo de gerar danos a um grupo específico e com interesses políticos. É, portanto, uma estratégia consciente para alienar e manipular a população frente a assuntos de interesse público a fim de promover agendas baseadas em interesses privados da extrema direita. Deve-se destacar que esta tática é efetiva e de fato funciona, sendo uma grande ameaça à democracia. Este processo é uma trama complexa que se estrutura principalmente através de plataformas digitais, no próximo capítulo será abordado como a desinformação circula dentro das Câmaras de Eco criadas com o auxílio de algoritmos.

3.3 Câmaras de Eco

Algo observado desde o início da internet é a capacidade de conectar pessoas com os mesmos interesses em diferentes lugares. Este fenômeno foi estudado por Pierre Lévy em seu livro *Cibercultura*, que aborda a formação da cultura das redes. “Uma das pulsões mais fortes na origem do ciberespaço é a da interconexão” (Lévy, 1997, p 127). A possibilidade de conexão no ciberespaço, quebrando as barreiras territoriais revolucionou a comunicação como um todo. Deste modo, a criação do que Pierre Lévy chama de comunidades virtuais esteve presente desde de o princípio.

Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de

troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais” (Lévy, 1997, p. 127).

Portanto, estas comunidades representavam, e ainda representam, um ambiente de compartilhamento de informações capazes de criar um senso de coletividade entre os usuários.

Ainda, numa perspectiva positiva dos potenciais da internet e do ciberespaço, Lévy via as comunidades virtuais como um meio mais democrático para explorar a opinião pública. “As comunidades virtuais do ciberespaço oferecem, para o debate coletivo, um campo de prática mais aberto, mais participativo, mais distribuído que aquele das mídias clássicas” (Lévy, 1997, 129). Ou seja, a visão da internet como uma forma disruptiva, participativa e que independe dos meios tradicionais de mídia.

Conforme as tecnologias digitais foram sendo aprimoradas e integradas de uma maneira intrínseca à sociedade, se tem uma maximização da conexão virtual. Assim, duas décadas após a publicação do livro *Cibercultura* de Lévy, se obtém uma exploração capitalista e algorítmica das conexões humanas dentro do ciberespaço. A maneira com que as pessoas se conectam na internet foi reformulada através da lógica dos algoritmos.

A personalização dos meios digitais tornam o ciberespaço paradoxalmente cada vez mais conectado em rede e, ao mesmo tempo, individualista. Os algoritmos coletam dados com base nos conteúdos que usuários interagem e com base nestes destinam publicações semelhantes, conforme explica Amaral e Santos:

Ficando a pegada digital de cada utilizador registada, os algoritmos conseguem manipular estes dados – denominados big data – que existem em larga escala e são muito complexos para propósitos específicos que estão definidos e programados (Amaral; Santos, 2019, p. 78).

Assim, todas as interações na internet são monitoradas como pegadas digitais, armazenadas em bancos de dados e revertidas para o usuário através de um conteúdos “personalizados”. “Ora, mais e mais, o monitor de nossos computadores é uma espécie de espelho unilateral que reflete tão só e apenas nossos próprios interesses enquanto os algoritmos observam tudo que clicamos” (Santaella, 2018). Esta prática enfrenta vários dilemas pela forma de capitalizar e coletar dados de usuários para interesses das grandes empresas de tecnologia, dentre as

consequências da implementação dos algoritmos está a criação das câmaras de eco, descritas por Santaella (2018) como um ecossistema individual e coletivo de informações.

A criação de bolhas mantém usuários presos em uma mesma linha de discurso, a reverberação da mesma opinião e impossibilitando que novas ideias ou opiniões adentrem aquele ambiente digital. Segundo Santaella, esta é uma maneira de manipulação política que tem prejudicado níveis pessoais e coletivos. “Máquinas de buscas e mídias sociais promovem a segregação ideológica, pois o usuário acaba por se expor quase exclusivamente a visões unilaterais dentro do espectro político mais amplo” (Santaella, 2018). Esta experiência, segundo a autora, é capaz de criar crenças fixas e tornando aquele usuário mais suscetível a propagandas de manipulação já que aquele ambiente digital valida suas convicções e preconceitos. De maneira resumida, segundo os algoritmos são uma maneira de limitar a visão dos usuários e estreitar seus horizontes entregando apenas conteúdos baseados em seus próprios interesses, removendo as nuances do debate sobre assuntos de interesse público. As câmaras de eco são ambientes atrativos exatamente pela validação de ideais e rejeição da divergência, conforme explicam Wardle e Darakshan:

Esse fato ajuda a explicar por que as câmaras de eco são tão atraentes. Elas fornecem espaços seguros para compartilhar crenças e visões de mundo com outras pessoas, com pouco receio de confronto ou divisão. As câmaras de eco possibilitam a ‘performance’ das nossas identidades, moldadas por nossas visões de mundo, com outras pessoas que compartilham essas mesmas visões de mundo. Esse comportamento não é novo, mas as plataformas capitalizaram essas tendências humanas, sabendo que desse modo incentivam os usuários a permanecer mais tempo em seus sites (Wardle e Darakshan, 2017, p. 61).

Deste modo, dentro das câmaras de eco às ideias não são questionadas e desafiadas, a leitura das mensagens é feita sem uma oposição. Vale ressaltar que as câmaras de eco agravam problemas como a polarização política, especialmente quando se leva em conta que é muito difícil uma ideia divergente consiga penetrar em uma câmara de eco. Estas características são elementos chave para a propagação de desinformação. Os agentes visam grupos que eles sabem que são os mais propensos a serem receptivos à mensagem. Se eles forem bem-sucedidos em fazer isso, é muito provável que a mensagem seja compartilhada pelo destinatário inicial (Wardle e Darakhshan, 2017, p 61). Assim, as câmaras de eco são um ambiente favorável para o compartilhamento de desinformações, bem como, para que elas sejam tomadas como verdadeiras por usuários.

Para fins desta pesquisa, é de suma importância a compressão das câmaras de eco pois diz respeito ao ambiente digital no qual a circulação da desinformação ocorre, bem como o sobre o comportamento de consumo dos usuários. Neste sentido, é necessário uma reflexão de como o jornalismo, através das plataformas de checagem, pode adentrar nesses espaços e qual o alcance que conteúdos de desinformação tem dentro das bolhas digitais estando assim, intrinsecamente conectado com a questão problema deste trabalho. Como o jornalismo está combatendo a desinformação.

Para que haja um combate a desinformação é necessário compreender os mecanismos e os motivos pelos quais os usuários aceitam aqueles conteúdos como verdadeiros. Conforme o objetivo deste trabalho é observar a forma que a agência aos Fatos combateu a desinformação é de interesse refletir sobre a forma com que a comunicação jornalística pode quebrar as bolhas de isolamento criadas pelas câmaras de eco

No próximo capítulo será explorada a maneira como movimentos políticos aplicam esta lógica e a utilização de desinformações sobre o meio ambiente e da crise ambiental para a validação de ideologias negacionistas.

3.4. Crise Ambiental e a Direita: promoção do negacionismo climático

Como anteriormente abordado, a desinformação é uma estratégia intencional de movimentos de extrema direita para promoção de suas ideologias políticas, bem como uma forma de alienação da população. Neste sentido, é interessante compreender a onde a agenda climática entra neste cenário. Por quê desinformar sobre o clima e como as desinformações climáticas se interligam com a política?

Questionar a ciência por trás do aquecimento global não é algo novo, mas Miguel (2022) destaca o ano de 2012 como a primeira grande aparição do tema na mídia brasileira. No programa de Jô Soares da TV Globo, o entrevistado, o professor Ricardo Felácio abordou o tema “a farsa do aquecimento global”. Conforme Michel:

Naquela entrevista, o então anônimo professor argumentou que “o aquecimento global é apenas uma hipótese” e que o “efeito estufa é a maior falácia da história”. Em seguida, declarou que “a floresta amazônica nada influencia no clima da Terra, e que se fosse completamente desmatada, a floresta se reconstituiria em 20 anos”. Aquele era o momento em que o negacionismo climático ganhava sua primeira grande aparição na mídia no Brasil, em um contexto político muito oportuno: às vésperas do final do

prazo para o veto presidencial do novo Código Florestal, que concedeu o perdão para os produtores rurais que desmataram áreas de preservação e reservas legais até o ano 2008 (Miguel, 2022 p. 67)

Observa-se então que as falas pouco se importam com a realidade científica dos fatos. Tratava-se de uma necessidade política de plantar sementes de desconfiança frente a dados científicos. O autor ainda argumenta que pautas ambientais sempre fizeram parte íntegra do governo PT (Lula e Dilma), sendo frequentemente uma parte da política externa brasileira. Deste modo, o discurso em 2012 não obteve tanta força, “Assim, a estruturação político-científica das mudanças climáticas produziu um regime no qual o negacionismo climático se tornaria residual na ciência e na política ambiental brasileira naquele período” (Miguel, 2022, p.68). No entanto, em alguns anos ele retornaria a grande mídia de forma mais estruturada. O autor observa o negacionismo climático não como consequência, mas como um método e um fator que contribuiu para a ascensão do bolsonarismo a partir de 2018 especialmente em apoiadores do agronegócio. Segundo Miguel:

É notório que, com a ascensão de Bolsonaro à presidência e na eclosão de tudo aquilo que esse fenômeno representa em termos políticos e ideológicos, o negacionismo climático foi acolhido em uma cosmovisão que lhe conferiu plausibilidade, e acabou por torná-lo parte do discurso e da política oficial do governo sobre temas do meio ambiente (Miguel, 2022, p. 70)

Deste modo, é de interesse destacar que o desmonte científico foi uma estratégia sistemática durante o governo Bolsonaro, os casos não são isolados e diversas áreas foram afetadas pela desinformação promovida pelo presidente e seus apoiadores. Ainda que não reeleito em 2022, as raízes do pensamento ainda perduram tanto dentro do atual governo com as bancadas ruralistas, como a desordem informacional nas redes.

Para Jesus-Silva e Martins a desinformação climática está profundamente conectada com dimensões econômicas e ideológicas, servindo para modelar opiniões com o propósito político-capitalista. “A desinformação climática, nesse sentido, pode ser vista como uma extensão desse processo ideológico, onde informações enganosas são deliberadamente disseminadas para moldar percepções públicas e manipular comportamentos” (Jesus-Silva e Martins, 2024, p. 16). Os autores ainda ressaltam que setores como o agronegócio não apenas lucram com o processo de desinformação climática como também o promovem:

O agronegócio é uma das principais forças econômicas no RS, e suas práticas são frequentemente associadas a impactos ambientais, como desmatamento, uso intensivo de agrotóxicos e emissão de gases de efeito estufa. Para proteger seus interesses, grandes corporações do agronegócio têm um incentivo claro para patrocinar campanhas de desinformação que negam ou minimizam a crise climática (Jesus-Silva e Martins, 2024, p.16).

Deste modo, o agronegócio gaúcho é um importante setor econômico para o estado, conforme dados disponibilizados em relatório do governo em 2021, o setor foi responsável por 72% das receitas de importações e 13% dos empregos formais no Rio Grande do Sul. Além disso, os elementos culturais gaúchos baseiam-se muito em valores tradicionais. Estes elementos econômicos e culturais contribuem para que o RS comumente se volte para partidos de centro-direita e direita. Jesus-Silva e Martins, é essencial compreender os fatores sociopolíticos e econômicos para entender a demissão de desinformação no Rio Grande do Sul. Conforme os autores:

A disseminação de desinformação durante catástrofes climáticas, como a tragédia das chuvas no RS, é influenciada por uma interseção complexa de fatores sociopolíticos, econômicos e tecnológicos. (...) A extrema-direita, por exemplo, aproveita-se do descontentamento e da desconfiança preexistentes em relação ao governo para promover narrativas de sabotagem estatal, gerando polarização e deslegitimação das autoridades (Jesus-Silva e Martins, 2024, p.18).

Deste modo, com base nos autores, entende-se que o negacionismo climático é uma estratégia política de implementar desinformação em prol de interesses políticos e econômicos. Parte deste trabalho, é de interesse que esta relação seja estabelecida visando compreender a mediação da desinformação durante a enchente. Deste modo, conforme os autores, a negação da crise climática feita através dos anos pela extrema direita, promovida pelo agronegócio em um estado com forte atividade agropecuária e com valores tradicionais, somado a questões tecnológicas como a de algoritmos na criação de câmaras de eco, influenciam diretamente na circulação de desinformação durante as enchentes.

Deste modo, os próximos capítulos tem a intenção de compreender a maneira que o jornalismo navega dentro deste ecossistema de desinformação e atua para a promoção da comunicação profissional.

3.5. Credibilidade na Comunicação

A credibilidade da imprensa é um dos pilares que sustenta o jornalismo, sendo estabelecida socialmente e não podendo ser apenas auto-atribuída. A pesquisadora Lisboa distingue a credibilidade construída da credibilidade percebida “No âmbito do conhecimento e do discurso, a credibilidade constituída não tem valor nem relevância em si senão através da percepção de alguém, por meio da credibilidade percebida” (Lisboa, 2012, p.16). Neste sentido, fontes de informação podem possuir atributos como ética e competência, e portanto construir credibilidade, porém está na subjetividade da relação com o receptor e sua percepção que a credibilidade de fato é validada.

Como já pré-estabelecido nos capítulos anteriores, o jornalismo é passível de discursos (Santaella, 2018) , no entanto há um compromisso com a verdade fatural de acontecimentos e essa é uma das formas de credibilizar o conhecimento produzido pelo jornalismo. Conforme Lisboa:

O conhecimento produzido pelo jornalismo também se torna confiável na medida em que cria métodos e processos de apuração que sustentam a veracidade dos seus relatos, que envolvem rigor e pluralismo de visões, objetividade e clareza na apresentação e descrição dos fatos, imparcialidade na seleção do que deve ser relatado (Lisboa, 2012, p 27)

Segundo a autora, a percepção destes elementos pelo receptor é o que cria a crença no testemunho jornalístico. “O jornalismo se torna conhecimento quando ele se constrói como um testemunho verossímil da realidade, baseando sua produção noticiosa em métodos e processos que tentam reduzir o erro e os relatos falsos” (Lisboa, 2012, p 27). Neste sentido, é necessário que o receptor igualmente possua a capacidade de reconhecer no processo de jornalismo a veracidade e sua compreensão do papel da imprensa, segundo a autora:

No momento da leitura, também entram em jogo as condições de recepção, que envolvem a experiência prévia do leitor com o jornalismo, suas crenças, gostos e preferências, que condicionam seu interesse e a interpretação do relato jornalístico (Lisboa, 2012, p. 28)

Deste modo, parte da credibilidade reside nos atributos que o leitor possui de interceptação, sua noção prévia do papel da imprensa e contato com o jornalismo em si. Este processo se estabelece ao longo do tempo e é considerado um contrato entre o meio de comunicação e público. Assim sendo:

A credibilidade enquanto uma percepção qualitativa se formaria nesta relação, amparada sobre este compromisso moral, que se consolida ao longo do tempo, na medida em que a fonte de informação, por sua autoridade reconhecida e argumentação verossímil, conquista a confiança do público ao qual se dirige (Lisboa, 2012, p. 30).

Este contrato de confiança pode ser quebrado pelas partes quando o jornalismo falha em cumprir o seu papel ou quando o público deixa de reconhecer o processo de produção jornalístico, o deslegitimando-o.

Portanto, ao considerar as enchentes do Rio Grande do Sul, é necessário analisar o contexto social e político em que o desastre aconteceu. Deste modo, após discorrer sobre a ascensão do bolsonarismo que ocorreu nos últimos anos, a desconfiança na credibilidade jornalística, é preciso transcorrer sobre a disputa de poder simbólico que ocorre entre a extrema direita e a mídia brasileira. Assim, Girardi et al argumenta como o debate climático fez parte do conflito entre Bolsonaro e imprensa, em especial a Rede Globo que sofria mais diretamente com os ataques. Segundo Girardi et al, o Jornal Nacional tentou usar do debate climático para restabelecer a credibilidade tanto na emissora quanto na ciência frente às desinformações feitas por Bolsonaro no ano de 2019, no entanto focando em uma narrativa econômica e não propriamente na crise climática. Segundo a autora:

Esse posicionamento ganha destaque na imprensa, que, de maneira geral, contrapõe de forma crítica as declarações e ações de Bolsonaro porque também é atacada por ele. No caso específico do JN, esse embate discursivo ganha relevo, já que seu espaço de legitimidade passa a ser usado para desmascarar as afirmações mentirosas do presidente, não apenas sobre meio ambiente, mas também sobre a ciência e o próprio jornalismo (Girardi et al, 2023, p. 33)

Deste modo, compreende-se que o jornalismo brasileiro não é passivo frente a este processo de descredibilização e atua para se restabelecer frente ao público. Mas, segundo a autora, quando se pensa em crise climática ainda há outros conflitos de interesses privados que atrapalham as coberturas do tema feitas por monopólios de comunicação. Conforme relatório feito pelo Intercept Brasil sobre a COP 30, empresas conhecidas pelo seu impacto ambiental como Vale, Suzano, Hydro e JBS estão entre as patrocinadoras da mídia tradicional para a cobertura do evento (Intercept Brasil, 2025). Assim, a cobertura ambiental da mídia tradicional carece deste contrato simbólico de credibilidade construída e percebida, seja pelos interesses privados do jornalismo, seja pelo onda de negacionismo climático.

Existem vários aspectos da contemporaneidade que contribuem para a descredibilização percebida do jornalismo. Como abordado anteriormente, conforme Santaella (2018) eles estão a descentralização da informação através das tecnologias onde usuários são simultaneamente receptores e produtores de conteúdos, assim descentralizando a produção comunicacional e enfraquecendo a imprensa. Bem como, a percepção de verdade também foi remodelada em um mundo pós-moderno como debatido no tópico anterior. Lisboa argumenta que:

A verdade, para o leitor, se evidencia no reconhecimento de que os relatos narrados pelo jornal são fidedignos à realidade, revelam o que está oculto, descrevem e explicam os acontecimentos mais relevantes a uma coletividade. Verdade e interesse público seriam princípios norteadores dos demais valores que sustentam a credibilidade percebida do jornalismo (Lisboa, 2012, p. 89).

No entanto, se estabelece um conflito no momento que a verdade passa a ser entendida pelo leitor/receptor como uma percepção individual baseada nas suas próprias crenças. A desconfiança na credibilidade jornalística nasce quando a verdade do indivíduo entra em divergência com a verdade factual. Deste modo, relacionando com Santaella (2018) o indivíduo irá buscar dentro do ambiente digital aqueles que validem sua opinião.

Neste processo é importante ressaltar que mesmo as fontes oficiais dentro do ambiente digital tiveram uma atuação falha. Ao analisar a comunicação de risco feita pela prefeitura de Canoas no Instagram, uma das cidades mais devastadas pela enchente de 2024, Dias e Nunes observam que “A clareza inicial foi insuficiente e a mensagem revelou-se posteriormente inconsistente com a realidade. Essa situação resultou em informações conflitantes e contraditórias” (Dias e Nunes, 2024, p 14). O resultado a descredibilização de canais oficiais de comunicação resultou na população voltando-se para fontes alternativas de informação: Segundo as autoras:

Percebe-se que a rede de moradores se atualizava mutuamente por meio de comentários de maneira mais ágil do que a própria Prefeitura. Essa situação gerou desconfiança na população em relação às informações recebidas, comprometendo subsequentemente as ações da administração municipal. A incerteza e a falta de confiança, exacerbadas pelo abalo emocional, tornaram a situação ainda mais desesperadora. Em momentos críticos, a clareza e a precisão das informações fornecidas pela Prefeitura de Canoas eram imprescindíveis, mas foram insuficientes (Dias e Nunes, 2024, p. 12).

Dessa maneira as autoras concluem que esta falta de confiança em fontes oficiais de informação faz com que a população volta-se para si mesma, abrindo margem para a desinformação e informações falsas. “Além de enfrentarem a enchente, eles tiveram que lidar com a desinformação, fake news e a ausência de um canal confiável que os orientasse de maneira adequada” (Dias e Nunes, 2024, p. 14). Assim, compreende-se uma falha sistemática na credibilidade percebida da comunicação profissional no contexto das enchentes.

Portanto, entende-se que esta crise da credibilidade foi se constituindo através dos anos influenciada por movimentos sociotécnicos e políticos, bem como, por falhas ou contradições dentro do próprio processo de produção de canais comunicacionais. Como resultado, a população não mais reconhece fontes oficiais como detentoras da informação/verdade e voltam-se para formas alternativas como influencer digitais e usuários de mídias sociais no geral. Assim, abrindo margem para a circulação de desinformação, já que não se tem uma checagem ou apuração profissional dentro destes ciclos digitais. O próximo tópico procura entender o conceito de midiatização e como a desinformação sofreu este processo durante as enchentes.

3.6. Midiatização

Conforme os avanços sociotécnicos e reformulações do que se entende como verdade dentro do mundo digital, cria-se um ecossistema midiático onde diversos atores interagem entre si. Segundo Hjarvard, a midiatização é um resultado destes avanços e pode ser definida como:

Às transformações estruturais de longa duração na relação entre a mídia e outras esferas sociais. Em contraste à mediação, que lida com o uso da mídia para práticas comunicativas específicas em interação situada, a midiatização preocupa-se com os padrões em transformação de interações sociais e relações entre os vários atores sociais, incluindo os indivíduos e as organizações (Hjarvard, 2014, p. 23)

Assim, a midiatização diz respeito aos novos padrões de interações e relações sociais entre atores e aponta para como a cultura e a sociedade integram-se e dependem da mídia, explica o autor:

A midiatização reflete a nova condição da importância intensificada e em transformação da mídia na cultura e na sociedade. Ela denota os processos pelos quais a cultura e a sociedade tornam-se cada vez mais dependentes dos

meios de comunicação e sua lógica como mídia integra-se em práticas culturais e sociais em vários níveis (Hjarvard, 2014, p. 26)

Deste modo, o conceito de midiatização tenta explicar as interações sociais dentro mundo digital entre fontes oficiais e não oficiais. Essa reformulação altera a percepção de legitimidade da informação que é colocada online, já que o processo comunicacional não mais é reservado apenas para a imprensa, possuindo diversos atores que interpõem e compõem a comunicação no meio digital. Fernandes et al argumentam que essa reestruturação da mídia “de certa forma, desestabilizou as relações de poder existentes e consolidadas nos campos simbólicos” (Fernandes et al, 2021, p. 2). No entanto, as autoras alertam que não há uma ruptura completa na estrutura hierárquica já que grandes conglomerados midiáticos ainda são oligopolizados e portanto detentores de um poder simbólico. Na prática, isso significa que ainda que a imprensa tenha uma grande influência sobre o que vira notícia, não se depende mais exclusivamente do jornalismo para tal “Se antes era necessário que acontecimentos fossem veiculados pela grande mídia para se tornarem notícias, agora as redes sociais, como o Twitter, Facebook, e sites atuam como fonte primária de propagação de informações (Fernandes et al, 202, p. 4). Neste contexto, todos podem ser produtores, receptores e compartilhadores de conteúdo, não mais existindo um consumo passivo de informações.

Portanto, entende-se que a comunicação dentro da cibercultura não é um processo linear e o jornalismo interage e se abastece com conteúdos oriundos das mídias digitais, e vice-versa. Fernandes et al (2021) citam como exemplo dessa interação por parte da imprensa tradicional o quadro “Isso a Globo Não Mostra” exibido no Fantástico, com finalidade de debater notícias virais na internet e onde o nome por si só têm origem em uma piada. Entre outros exemplos está a utilização de imagens e vídeos para compor web reportagens e telejornalismo produzidos por não profissionais, ou ainda as plataformas de checagem jornalísticas que utilizam os conteúdos muitas vezes retirados da web para produção de conteúdos próprios de verificação de fatos.

Considerando o objeto de pesquisa deste trabalho, é importante compreender a midiatização como a complexidade destas interações sociais e de que maneira elas permitem que a desinformação se insira dentro do ciberespaço e circule como fato. Para isso, deve-se considerar o interesse que a população demonstrou sobre o tema durante o mês mais crítico das enchentes. Conforme dados extraídos do Google Trends, houve uma ascensão repentina

na polaridade das pesquisas relacionadas com o Rio Grande do Sul durante os meses de abril e maio de 2024. Entre os assuntos mais pesquisados da web sobre o estado estão “Enchentes no Rio Grande do Sul”, “Rio Grande do Sul + Trabalho voluntário”, “Rio Grande do Sul + 1941”, “SOS Rio Grande do Sul” e “Rio Grande do Sul + Notícia Falsa”. Nota-se que entre os cinco principais assuntos está a deformação, demonstrando que os usuários não apenas percebiam a ocorrência de notícias falsas, como se preocupavam em verificar o que consumiam. Ao observar as pesquisas relacionadas com o nome do estado também são encontradas informações sobre como realizar doações, número de mortos, quais cidades se encontram alagadas, bem como a pesquisa de algumas desinformações.

Dentre os termos mais pesquisados alguns eram relacionados com alguns casos de desinformação que circulavam como “corpos boiando no Rio Grande do sul”, “Antenas HAARP no Rio Grande do Sul” ou ainda, os termos “Pablo Marçal + Rio Grande do Sul” referindo-se a desinformação passada pelo então candidato a prefeitura de São Paulo de que doações realizadas estariam sendo impedidas de chegarem ao RS por falta de notas fiscais (Aos Fatos, 2024).

Além dos termos pesquisados no Google, ainda houve uma grande comoção por parte do jornalismo. A RBS TV, principal emissora gaúcha, ampliou seu tempo de cobertura da enchente com o objetivo de manter a população a par dos acontecimentos investindo principalmente em links ao vivo das regiões mais afetadas. Bem como, o Jornal Nacional foi apresentado ao vivo pelo âncora William Bonner direto de Canoas no dia 6 de maio.

No que diz respeito às redes sociais é difícil traçar dados amplos sobre a midiaticização do tema por conta das diretrizes das redes sociais. No entanto, os principais atores do processo de midiaticização foram os influenciadores digitais possuindo uma atuação controversa. Se por um lado os influencers como “Badin - O Colono” são capazes de mobilizar pessoas a fazer doações e participar da cidadania, como analisado por Dalmolin e Santos (2024), também ocorreram diversos casos de desinformação e golpes realizados por influenciadores, dentre eles Dilson alves, conhecido como “Nego Di”. As autoras defendem que estas interações de usuários com influencers se dão através da identificação que os seguidores têm com estes usuários, em especial por ambos serem gaúchos e estarem “vivenciando” a tragédia, fato este que validaria seus discursos.

Entende-se que a midiaticização baseia-se nas interações sociais e em casos como as enchentes no Rio Grande do Sul, mexe com subjetividades das emoções humanas. Conforme

as autoras “a mobilização via plataformas digitais converge a participação de pessoas de diversos locais e até mesmo países, formando uma comunidade global em torno de um acontecimento” (Dalmolin e Santos, 2024, p.15). Deste modo, reforçando a ideia da internet como intensificadora das conexões humanas. No entanto, conforme Wardle e Darakshan (2017) é exatamente este fator emotivo do consumo de informações que será explorado por agentes de deformação.

Dado este contexto, este trabalho analisa dados de midiatização conforme desinformações específicas, pois assim é possível traçar as interações de usuários com aqueles conteúdos bem como com a checagem produzida pela Aos Fatos. No próximo capítulo consta a análise de três conteúdos falsos e as suas respectivas apurações, sendo elas: Governador Eduardo Leite no Roda Viva, Governo do RS não está barrando barcos de voluntários e Presos soltos no RS.

3.7. Checagem Jornalística: Aos Fatos

A checagem de informações é uma parte do processo de produção jornalístico ligada a apuração de fatos, no entanto a sua fragmentação para um canal exclusivamente dedicado a este tipo de verificação é algo que começa nos Estados Unidos, durante as eleições presidenciais, conforme Seibt “A experiência do jornalista estadunidense Brooks Jackson na rede de televisão CNN durante as primárias da campanha eleitoral dos Estados Unidos em 1991 é citada como a primeira iniciativa de checagem de que se tem notícia” (Seibt, 2019, p. 112). Deste modo, o jornalista então fundou o Ad Police, uma equipe especializada e dedicada exaustivamente para a checagem das campanhas de Bush e Clinton. Posteriormente, em 2003 Jackson criou o primeiro site de checagem registrado, FactCheck.org, ainda ativo.

Bem como, alguns anos depois o site fundado por Bill Adair, Politifact.com ganha o Prêmio Pulitzer na categoria Reportagem Nacional pela cobertura das eleições presidenciais estadunidenses de 2008. Nota-se o carácter político e conexão intrínseca entre o início das plataformas de checagem e períodos eleitorais para a verificação de declarações de políticos. Em 2015, a primeira agência de checagem foi criada no Brasil, a Agência Lupa. Conforme a descrição de Patatt e Rocha:

A Agência Lupa informa que a metodologia de checagem começa com a observação do que é dito por políticos, líderes sociais e celebridades, adotando três critérios de relevância: preferência por afirmações feitas por

personalidades de destaque nacional, assuntos que afetem o maior número de pessoas possível e/ou que tenham destaque na imprensa ou na internet (Patatt e Rocha, 2020, p. 10)

Igualmente em 2015, a agência Aos Fatos foi criada, descrevendo sua atividade como:

Aos Fatos une jornalismo e tecnologia para documentar a instrumentalização das plataformas digitais por agendas antidemocráticas. A equipe multidisciplinar do Aos Fatos faz jornalismo e cria ferramentas para combater a desinformação e temas correlatos, que visam promover ações deletérias ao tecido social (Aos Fatos, online).

Dessa maneira, no Brasil Seibt argumenta que “num ambiente marcado pela disputa de narrativas nas redes sociais, os sites de checagem foram alçados a uma posição de “árbitros da verdade” (Seibt, 2019, p. 123). Assim, o fact-checking tem um característica de transparência com o receptor, no intuito de pôr a prova a veracidade de um fato. A autora explica:

O princípio básico dessas iniciativas é etiquetar informações, apresentando dados que permitam comprová-las ou desmenti-las – e inserir os links consultados para que o leitor possa acessar as fontes de informação, se desejar. A priori, o fact-checking pode ser tomado como prática desviante do paradigma do “jornalismo de comunicação”, uma “microinvenção”, da qual emerge um tipo específico de texto jornalístico, constituído pelo processo de apuração em si (Seibt, 2019, p. 116).

Deste modo, a checagem jornalística possui um texto mais objetivo, atentando à imparcialidade e se afastando da criação de discursos. Seibt ressalta que a prática não é propriamente inovadora, e sim essencialmente alinhada com conceitos tradicionais do jornalismo. “O método do fact-checking propõe ser “mais objetivo”, porém nada mais é do que a apuração jornalística tradicional: consultar fontes, cruzar dados, contextualizar, interpretar, para referenciar os já citados elementos do jornalismo” (Seibt, 2019, p 123). Portanto, a principal diferença entre uma agência de checagem e um jornal seria a dedicação exclusiva para verificação de conteúdos.

O princípio da imparcialidade das plataformas se mostra bastante vantajoso em um período de polarização política. Para Seibt a imparcialidade absoluta que as plataformas propõe não seria completamente compatível com o modelo de produção, baseado em etiquetas e categorizar objetivamente muitas vezes pode ser um desafio “os políticos costumam ser muito vagos em suas declarações, e muitas vezes a checagem exige um julgamento editorial, o que abre espaço para essa discordância” (Seibt, 2019, 124). Vale ressaltar, que as

plataformas não clamam serem detentoras da verdade, e se relacionam mais com o factual-concreto, neste sentido ainda há um espaço para subjetividades, como Seibt menciona.. A principal competência das plataformas para Seibt reside no método de transparência:

Talvez por essa razão, o mérito do fact-checking esteja mais na transparência em relação ao seu método e suas fontes do que na classificação das informações. Assim, a conclusão de uma checagem não é inquestionável ou infalível. Envolve interpretação, contextualização e, principalmente, argumentação (Seibt, 2019, p. 125)

Portanto, entende-se que o método é passível de falhas, a conclusão de uma etiqueta depende de um debate coletivo que é transparente para o leitor através da argumentação. A autora ainda destaca que o público tem uma maior capacidade de questionar o método de um repórter ao poder observar o processo produtivo, assim a plataforma permite ser checada pelo seu leitor, conforme Seibt:

Se o leitor discordar da interpretação, pode questionar tais conclusões a partir do percurso do repórter, o que nem sempre é possível no formato convencional das notícias. Com isso, pode-se dizer do “jornalismo de verificação” que ele seria um tipo jornalístico diferenciado não só por verificar o que já está público, mas também por deixar-se verificar pelo público e pelos pares (Seibt, 2019, p. 125).

Desta maneira, as plataformas de checagem são uma alternativa para o jornalismo se legitimar, construir e ser percebido através da credibilidade “Como forma de responder a esse fenômeno, o jornalismo busca reposicionar seu discurso de legitimação social a partir de princípios normativos consolidados no paradigma do jornalismo de informação, como verdade e objetividade (Seibt, 2019, p. 127). Portanto, é uma reestruturação de princípios muito consolidados dentro da comunicação, datados desde o início da imprensa, agora procurando atender uma demanda social em um mundo pós moderno.

Para os fins desta investigação, a agência de checagem escolhida foi a Aos Fatos, criada em 2015, e se escrevem como uma organização jornalística “dedicada ao combate à desinformação, à cobertura de tecnopolítica e a checagem de fatos” (Aos Fatos, 2015, online). Ao analisar Aos Fatos, Diniz destaca de modo positivo de que a plataforma não está associada outra empresa midiática, como é o caso da Fato ou Fake - G1 ou Lupa - Uol “isso confere

maior independência à sua atuação por ser realizada exclusivamente pela equipa da própria plataforma” (Diniz, 2017, p. 31), deste modo pode-se ter maior autonomia na produção e garantindo maior imparcialidade.

Em relação aos valores, a organização descreve como o princípio de “transparência radical” (Aos Fatos, 2015, online). Ainda, há uma forte posicionamento em a relação a defesa do Estado democrático, conforme declaração no site:

Aos Fatos é intransigente defensor da democracia. A liberdade de expressão e a liberdade de pensamento são inegociáveis, mas não devem ser usadas como passe-livre para assédio, violência e extremismo. Aos Fatos não incentiva nem defende censura ou políticas arbitrarias de remoção de conteúdo, mesmo aquelas com aparente verniz legal (Aos Fatos, 2015, online)

A Aos fatos ainda possui uma transparência sobre aspectos financeiros, não recebendo incentivo estatal ou de políticos no geral, tampouco faz uso de publicidade programática. Seu sustento baseia-se em:

Licenciamento de conteúdo jornalístico; venda de serviços de tecnologia e inteligência por meio de aplicativos e dados, como o Radar Aos Fatos e o Escriba; patrocínio de projetos de inovação, como a Fátima; o programa de membros Aos Fatos Mais. (Aos Fatos, 2015, online).

Para além da imparcialidade e transparência, outro fator determinante para a escolha da utilização da Aos Fatos para esta investigação foi a aba exclusiva para negacionismo climático situada no site, bem como, a ampla quantidade de checagem de chegarem realizada durante as enchentes de 2024, em especial no recorte que este trabalho tem o objetivo de analisar. No próximo capítulo constam a coleta de dados e posteriormente sua análise.

4. Coleta de Dados

Conforme os critérios estabelecidos no capítulo anterior, chegamos às desinformações apuradas pela plataforma de checagem Aos Fatos durante maio de 2024, que envolve as enchentes do RS. Ainda, foram selecionados conteúdos que tivessem uma motivação de impacto social/psicológico e político e levando em consideração seu teor.

Neste capítulo, serão coletados os dados específicos referentes aos casos de desinformação selecionados, para posteriormente serem analisados. A coleta foi realizada, primeiramente, com os dados fornecidos pela a plataforma Aos Fatos em seu site sobre a origem do conteúdo, mas, ainda foi realizada a busca e verificação dos conteúdos originais. Também foram incluídos, na coleta, atuação multiplataforma da Agência Aos Fatos em suas redes sociais. A plataforma de checagem trabalha com uma proposta multiplataforma, possuindo além do site aosfatos.org, contas nas redes [Instagram](#), [X](#), [Facebook](#), [Youtube](#) e [Tiktok](#). Abaixo está a coleta de dados individual de cada caso.

4.1. Governador Eduardo Leite no Roda Viva

O programa jornalístico Roda Viva que vai ao ar na emissora TV Cultura está no ar há 35 anos e é transmitido às segundas-feiras. Conforme a sinopse do programa, Roda Viva é um dos mais tradicionais e relevantes programas de entrevista da TV brasileira. É um espaço plural para a apresentação de ideias, conceitos e análises sobre temas de interesse da população, sob o ponto de vista de personalidades notórias (TV Cultura). O programa é disponibilizado para acesso livre na plataforma do Youtube um dia após sua transmissão e tem duração média de 1h e 30min à 2h. Eduardo Leite foi convidado para participar na data de 20/05/2024 (podendo ser acessado em: [Roda Viva | Eduardo Leite](#)), atualmente (17/09/2025) o vídeo no Youtube consta com 1.245 comentários e 207.769 visualizações.

Conforme apuração da plataforma publicada em 21/05/2024 pela Aos Fatos, foram identificadas duas desinformações (Selo Falso) e uma informação falsa (Selo Não é Bem Assim) na fala de Leite, sendo elas:

a. Cabe aos municípios zelar pela manutenção dos desastres;

O governador afirma que o governo estadual não é responsável pela manutenção dos sistemas de contenção e alerta de enchentes, que esta seria uma questão que cabe a cada município zelar por estes mecanismos e que portanto a falha não teria sido de seu governo. Segundo a fala de Eduardo Leite:

Vem toda essa água pelo [rio] Caí, pelo Jacuí, pelo Taquari, colaborando com o Guaíba, e o Guaíba extravasando e avançando sobre os sistemas de proteção, que falharam. Ou seja, vai se discutir responsabilidades e o que houve de falha, [se] foi de concepção, foi de manutenção, enfim, esses sistemas de proteção são de responsabilidade dos municípios (Roda Viva, 2024, *online*)

A Aos Fatos categorizou este trecho com o selo Falso e justificou a escolha conforme dados os seguintes dados:

Ainda que a lei estabeleça que é responsabilidade dos municípios zelar pela manutenção de sistemas de prevenção de desastres a nível local, Eduardo Leite desinforma ao sugerir que o governo estadual não tem responsabilidade sobre os mecanismos de contenção e alerta sobre enchentes. A declaração, portanto, é FALSA (Aos Fatos, 2024, *online*)

Ainda, o corpo do texto complementa com informações sobre a lei 12.608/2012, que trata da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Conforme a legislação “governos federal e estadual, que devem, em conjunto com os municípios, adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de acidentes ou desastres” (Aos Fatos, 2024, *online*). Aos Fatos também extrai da lei quais ações eram esperadas do governo estadual frente às enchentes, sendo elas:

Executar o Plano Nacional de Defesa Civil em nível estadual e coordenar ações em articulação com o governo federal e os municípios; Identificar, mapear e monitorar áreas de risco e realizar estudos de identificação de ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades, também junto do governo federal e dos municípios; Apoiar os municípios no levantamento de áreas de risco e na divulgação de protocolos de prevenção e alerta; Identificar, via Plano Estadual de Defesa Civil, as bacias hidrográficas com risco de desastres e implantar redes de monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico (Aos Fatos, 2024, *online*).

A Aos Fatos conclui apontando a negligência do governo estadual através de uma nota IPH (Instituto de Pesquisas Hidráulicas) da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) onde consta que foi sinalizado para o estado os possíveis problemas e propostas “série de medidas para ajudar a evitar novos desastres, como o aprimoramento de sistemas de monitoramento e avaliação em tempo real de rios com potencial de inundação” (Aos Fatos, 2024, *online*).

Bem como a Aos Fatos contextualiza as consequências da flexibilização no código ambiental realiza por Leite se refere à “concessão de licenças automáticas em casos avaliados

como de baixo risco ambiental. De acordo com a nota, isso permite a instalação de atividades econômicas em áreas suscetíveis a desastres” (Aos Fatos, 2024, *online*). E apresenta uma entrevista com Valério Pillar, pesquisador da UFRGS que explica dados sobre o desmatamento do Bioma Pampa e como isso agravou as enchentes. A preservação do bioma e sua vegetação nativa é de responsabilidade estatal conforme lei 12.651/2012. Por fim, Aos Fatos insere um infográfico sobre a degradação do Pampa através dos anos.

b. Órgãos meteorológicos não previram o volume das chuvas que atingiram o estado;

A segunda fala de Leite que ganhou o selo de Falso pela Aos Fatos foi “Ninguém, mesmo nas previsões que vieram, mais dramáticas ali nos dias anteriores, disse que ia chover o que choveu efetivamente naquele período” (Roda Viva, 2024, *online*). A aos fatos justifica a escolha do selo da seguinte maneira:

Apesar de algumas regiões terem registrado um volume muito grande de água, órgãos meteorológicos já alertavam para a possibilidade de tempestades, enchentes e alagamentos antes deles ocorrerem. A afirmação, portanto, é FALSA. Já chovia no Rio Grande do Sul no começo de abril, e a situação passou a ser considerada crítica no final daquele mês, por volta do dia 27, quando algumas regiões registraram tempestades. Esse volume de chuvas, ao contrário do que afirma Leite, foi, sim, previsto (Aos Fatos, 2024, *online*).

Assim, Aos Fatos ainda trás os alertas meteorológicos emitidos pela Metsul dos dias 25, 28 e 29 de abril. Os alertas avisam sobre altos volumes de chuvas, riscos de inundações e cheias de rios. Também há dados no texto dos alertas feitos no dia 29 pelo Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia) sobre o volume de chuvas e riscos de deslizamentos de terras. Ainda, apresentam gráficos Dados do Cemaden sobre o índice pluviométrico das cidades de Soledade, Caxias do Sul e Fontoura Xavier. Aos Fatos também entrevistou Walter Collischonn, pesquisador do IPH (Instituto de Pesquisas Hidráulicas) da UFRGS que explica que os alertas servem para que o sistema de monitoramento fique atento. A organização ainda cita no texto uma reportagem do G1 que apresenta um ranking das cidades gaúchas com maior acúmulo de precipitação entre 22 de abril à 06 de maio. Por fim, para exemplificar o acúmulo de chuva foi inserido um infográfico com os dados da cidade de Fontoura Xavier

c. O Código Penal de sua gestão define a proteção do Pampa.

Por fim, a última fala de Leite apurada pela As Fatos ganhou o selo de “Não é Bem Assim” foi “O bioma Pampa não tinha previsão legal [de proteção]. Foi a nossa alteração do Código de Meio Ambiente que estabeleceu a previsão legal, que até então não existia, de proteção para o bioma Pampa” (Roda Viva, 2024, *online*). Para justificar a escolha do selo Aos Fatos explica:

De fato, o antigo Cema (Código Estadual de Meio Ambiente) do Rio Grande do Sul, publicado nos anos 2000, não mencionava o Pampa. O novo código, sancionado em 2020 por Eduardo Leite, de fato define o bioma de maneira geral, mas determina que uma caracterização mais detalhada e aspectos de sua conservação sejam estabelecidos por regulamento específico — isso, porém, ainda não ocorreu. Além disso, entre as poucas menções ao bioma no novo código estadual estão a dispensa de autorização ambiental para certos usos do solo, que foi alvo de críticas de especialistas (Aos Fatos, 2024, *online*).

Portanto, conclui-se que ainda que não se trate de uma deformação, há informações enganosas já que o governo de Leite nunca apresentou regulamento específico para conservação do bioma.

Para concluir a matéria a Aos Fatos declara que entrou em contato com a Secretaria de Comunicação do estado no dia 21 de maio para que Eduardo Leite pudesse contar as checagens, no entanto não houve respostas. Bem como, insere uma correção do conteúdo após sua publicação:

CORREÇÃO: Esta reportagem foi atualizada às 12h03 do dia 22 de maio de 2024 para corrigir a informação de que o Theatro São Pedro, em Porto Alegre, foi alagado devido às chuvas que atingem o Rio Grande do Sul. Na verdade, um dos andares do estacionamento ficou alagado por causa da falta de luz, que fez com que bombas de esgoto parassem de funcionar (Aos Fatos, 2024, *online*)

Além disso, estão disponíveis todas as referências utilizadas para a produção do conteúdo com seus respectivos links.

Os conteúdos da Agência Aos Fatos, sobre Eduardo Leite, no Roda Viva, foram produzidos apenas para o Instagram e X. Os dados abaixo são das duas plataformas, coletados em 18/09/2025:

- a. [Instagram @aosfatos / Eduardo Leite no Roda Viva](#): 5.561 curtidas, 90 comentários e 1.319 compartilhamentos.

Imagem 4 - Printscreen de Aos Fatos via Instagram



Fonte: Aos Fatos (2024)

A publicação trata-se de um modelo carrossel, uma série de cards informativos contendo dados da apuração, acompanhados por uma legenda com informações mais detalhadas sobre o fato.

- b. [X @aosfatos: Eduardo Leite no Roda Viva](#): 128 curtidas, 3 comentários, 69 compartilhamentos.

Imagem 5 - Printscreen de Aos Fatos via X



Fonte: Aos Fatos (2024)

Para a publicação no X é utilizada a mesma imagem, no entanto com uma legenda mais objetiva e com um link que destina para a publicação do site.

4.2. Governo do RS não está fiscalizando documentos nem barrando jet-skis e barcos de voluntários

Em 7 de maio de 2024 a Aos Fatos apura o vídeo publicado pelo influencer Dilson Alves da Silva Neto, conhecido como Nego Di, no Instagram e Tiktok, afirmando que o governo do Rio Grande do Sul estaria exigindo dos voluntários a documentação de barcos e jet-skis para a realização dos resgates. Segundo a Aos Fatos a publicação tinha mais de meio milhão de curtidas no Instagram.

Em 11 de maio de 2024 o Ministério Público gaúcho determinou em uma decisão liminar que os conteúdos de desinformação fossem removidos em até 24h. O vídeo em que há alegação sobre a fiscalização foi excluído das redes do influencer. A imagem abaixo consta do printscreen feito pela Aos Fatos para a publicação da apuração. Durante o vídeo, a fala detectada como desinformação pela Aos Fatos foi:

Tinha um monte de gente ajudando lá em Canoas, botando barco na água. Agora, estão proibindo em boa parte da cidade, da galera colocar barco na água. Estão pedindo autorização, vê se tem cabimento um negócio desses. Estão pedindo habilitação, arrais das pessoas que estão indo lá de jet-ski, estão pedindo arrais para as pessoas que têm barco (Aos Fatos, 2024).

Após checagem, Aos Fatos atribui a fala o selo de Falsa. Para justificar a escolha do selo, a Aos Fatos trouxe publicações nas redes sociais oficiais da brigada militar e do governo do Rio Grande do Sul. Ainda explicam que:

Não é verdade que o governo do Rio Grande do Sul está exigindo que voluntários apresentem documentos de habilitação para pilotar barcos e jet-skis em missões de resgate, como alegam publicações nas redes. Em nota, a Brigada Militar (a PM gaúcha) negou que esteja realizando qualquer tipo de fiscalização similar durante as operações de salvamento das vítimas da enchente no estado (Aos Fatos, 2024, *online*).

. A agência cita em seu site que entrou em contato com o influencer mas não obteve resposta. Aos Fatos procurou Nego Di por email e via redes sociais no início da tarde desta

terça-feira (7) para que ele pudesse comentar a checagem, mas não houve retorno até a publicação do texto (Aos Fatos, 2024). Ainda é inserido no dia 8 de maio, após a publicação a seguinte contextualização da circulação do conteúdo falso:

Contexto. Publicações começaram a circular nas redes no último final de semana com alegações de que a Brigada Militar do Rio Grande do Sul e o Exército estariam fazendo barreiras de fiscalização e impedindo a passagem de voluntários com barcos e jet-skis. Uma das publicações mostra o viaduto na entrada do bairro Mathias Velho, em Canoas, uma das cidades mais atingidas. A informação foi amplamente disseminada por influenciadores, como o humorista Nego Di, que é gaúcho, indignado com a possibilidade de bloqueio que impedisse a passagem da ajuda humanitária (Aos Fatos, 2024, *online*).

Por fim, a Aos Fato cita a apuração feita pela Agência Lupa e pela jornalista Cristina Ranzolin da RBS TV e ainda são inseridas referências que a Aos Fatos utilizou para a produção do conteúdo. Abaixo estão printscreens do conteúdo da Aos Fatos, bem como do vídeo original do influenciado

Imagem 6 - Printscreen de matéria Aos Fatos



Fonte: Aos Fatos (2024)

Ainda que o vídeo tenha sido excluído pelo autor original, ele foi replicado em outros perfis e ainda pode ser encontrado no Tiktok ainda na data desta pesquisa (25/09/2025) em contas alternativas. Para finalidade deste trabalho, foram selecionadas as publicações que se enquadraram no recorte de maio de 2024.

Imagem 7 - Printscreens de replicação do conteúdo



Fonte: Tiktok @tudosobrefarofadagkay (2024)

O primeiro vídeo possui 1 milhão de visualizações, 25,5 mil curtidas e 1.077 comentários e 2.076 compartilhamentos, editado de uma maneira que pareça um printscreen do X, com uma foto do influencer ao lado esquerdo vídeo ao lado direito, em cima escrito “Nego di, posta vídeo revoltado e diz que o governo do Rio Grande do Sul é uma vergonha”. Ainda, possui a logo de dois perfis do X, Rainha de Reality e Choquei, conhecidos por publicarem sobre celebridades e subcelebridades. No entanto, esta publicação não foi encontrada em nenhum destes perfis. Por fim, o vídeo é acompanhado das hashtags #negodi #riograndedosul #choquei #tretas e a legenda:

Nego Di postou stories indignado afirmando que o governo do Rio Grande do Sul está pedindo habilitação para barco e jet ski daqueles que querem ajudar nas áreas alagadas. Ele também mencionou que viaturas estão bloqueando o acesso, impedindo a chegada da ajuda. EITA GENTE! (@tudosobrefarofadagkay, 2024)

O perfil que publicou este conteúdo no TikTok é voltado para assuntos de “fofoca”, especialmente de subcelebridades e influencers. Deve-se considerar que o influencer Nego Di ficou conhecido pela sua participação no Big Brother Brasil.

O segundo vídeo possui 7.109 visualizações, 261 curtidas, 21 comentários e 45 compartilhamentos.

Imagem 8 - Printscreen de réplica do conteúdo (2)



Fonte: TikTok @andreiamoreira074 (2024)

Neste vídeo possui uma foto das enchentes ao lado do conteúdo do influenciador e está escrito “Nego Di expõe que o governo do Rio Grande do Sul está dificultando e bloqueando a passagem de quem quer ajudar: estão pedindo autorização e habilitação das pessoas que estão indo salvar vidas” e “Nego DI denuncia governo do Rio Grande do Sul ao vivo”, sendo esta também a legenda do vídeo.

Quanto a apuração da Aos Fatos, além da publicação no site também é mencionado em uma das produções para o Youtube, disponível no link [Youtube: Aos Fatos](#).

Imagem 9 - Printscreen de Aos Fatos via Youtube



Enchentes no RS: informações falsas atrasam socorro | Aos Fatos

Fonte: Aos Fatos

O vídeo possui 800 visualizações, 32 curtidas e 11 comentários em 25/09/2025. A plataforma de notícias ainda publicou vídeo/reels no Instagram, este possui 645 milhões de visualizações, 19,7 milhões de curtidas, 900 comentários e 7.972 compartilhamentos.

Imagem 10 - Printscreen de Aos Fatos via Instagram.



Fonte: Aos Fatos (2024)

O por fim mesmo vídeo foi utilizado para a publicação no Tik Tok, coletando 12,3 milhões de visualizações, 1.764 curtidas, 219 comentários e 209 compartilhamentos.

Imagem 11 - Printscreen Aos Fatos via Tiktok



Fonte: Aos Fatos (2024)

As produções em vídeo da Aos Fatos trazem as mesmas informações colocadas da aspiração central (site), sendo assim há uma mudança apenas no formato do conteúdo.

4.3. Presos liberados durante as enchentes

Em 15 de maio de 2024 a Aos Fatos realizou a checagem de um vídeo que circulava no TikTok sobre detentos estarem sendo soltos devido às enchentes. Conforme a plataforma de checagem, o post possui 120 mil visualizações na rede, bem como centenas de compartilhamentos no Facebook (15/05). A Aos Fatos ainda alerta sobre o compartilhamento do vídeo via Whatsapp, cujo qual não possui uma maneira de estimar o alcance de um conteúdo.

O vídeo foi classificado com o selo de Falso pela agência, pois os foram simplesmente presos realocados 1.057 presos que cumprem pena em regime fechado na Penitenciária Estadual do Jacuí foram transferidos provisoriamente para a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas. Já os demais foram alocados em galerias superiores (Aos Fatos, 2024, *online*). A Aos Fatos ainda acrescenta que o monitoramento através de tornozeleira eletrônica foi disponibilizado apenas para presos em regime semiaberto da Penitenciária de Charqueadas.

A Aos Fatos ainda enfatiza que são falsas as falas envolvendo o presidente Lula com as decisões do sistema prisional gaúcho.

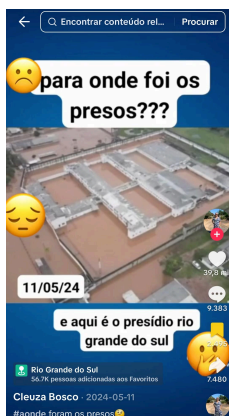
Além de sugerir que presos teriam sido soltos após as enchentes, parte das peças desinformativas alegam que o presidente Lula (PT) teria alguma relação com a suposta soltura. No entanto, as unidades prisionais são de responsabilidade do governo do Rio Grande do Sul, liderado por Eduardo Leite (PSDB) (Aos Fatos, 2024, *online*)

Por fim, é disponibilizada uma contextualização sobre o sistema prisional gaúcho nas enchentes e os casos de alagamentos em alguns presídios gaúchos, bem como as fontes utilizadas para a realização da matéria.

Foram encontradas algumas variações do vídeo na rede Tiktok, será utilizada a publicação que possui maior alcance e que antecede a checagem da Aos Fatos, já que os demais conteúdos foram publicados após o mês de maio. Deve ser levado em consideração a complexidade de traçar o material primário da desinformação e por este motivo foi selecionado o vídeo que atende a descrição da Aos Fatos.. Desta maneira, o vídeo encontrado

possui 38,8 mil curtidas, 9.383 comentários e 7 mil compartilhamentos e 1,9 milhões de visualizações, disponível em: [Link: vídeo presos soltos no rs via Tiktok](#)

Imagem 12 - Printscreen de Post no Tiktok.



Fonte: Tiktok @cleuzabosco (2024)

Deste modo, esta foi uma publicação que se enquadra com a descrição dada pelo Aos Fatos, mas deve-se considerar a complexidade de traçar a fonte original. O vídeo é publicado em 11 de maio e a apuração da Aos Fatos é realizada em 15 de maio de 2024.

No Instagram o conteúdo foi publicado em formato de carrossel, recebeu 7.098 curtidas, 214 comentários e 1.235 compartilhamentos. A postagem pode ser conferida em [Aos Fatos via Instagram: Não Caia em Fake News](#).

Imagem 13 - Printscreen do carrossel Não Caia em fake News



Fonte: Aos Fatos (2024)

O conteúdo não foi encontrado na rede X, bem como também não recebeu apuração em vídeos de plataformas como Youtube e Tiktok. Sendo publicado apenas no instagram e no site da Aos Fatos.

5. Análise dos dados

5.1. Processos metodológicos

O presente trabalho tem o propósito de analisar a maneira como se buscou combater a desinformação durante o período das enchentes investigando a apuração realizada pela agência de chegarem: Aos Fatos. Para isso, será considerado a definição análise conteúdo feita por Bardin:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

Deste modo, a análise de conteúdo é uma metodologia que tem o intuito de observar um objeto de ordem das ciências sociais, através de critérios científicos e regras sistematizadas.

Com o objetivo de sistematizar o processo serão criadas categorias para a realização da análise, estas serão aplicadas nos três casos selecionados. Os critérios foram criados pela autora, com base no conhecimento adquirido durante a reflexão teórico conceitual e que melhor atendam o objetivo da pesquisa.

Assim, o que será levado em consideração será:

Tabela 5 - Critérios para análise

Critério	Explicação	Nota 1	Nota 2	Nota 3
Instantaneidade e agilidade na publicação	Considera-se a importância de conter a desinformação logo que ela é identificada ou viralizada em ambientes digitais.	Receberá nota 1 quando a apuração for pública após uma semana a partir da circulação da desinformação	Receberá nota 2 quando a publicação for feita nos primeiros 5 dias a partir da circulação da desinformação.	Receberá nota 3 quando a publicação for feita nas primeiras 24h a partir da desinformação
Justificativa e contextualização do selos	Considera-se que a parte mais importante é a	Receberá nota 1 quando a apuração não fornecer	Receberá nota 2 quando a apuração fornecer	Receberá nota 3 quando a apuração for clara, de fácil

	clareza no porquê de um conteúdo ser falso e o fornecimento de argumentos concretos para o leitor, bem como o contexto no qual aquela desinformação foi criada. Também será analisada a utilização de infográficos e demais recursos que possam facilitar a compreensão do leitor.	dados o suficiente para sustentar sua justificativa, não possui fontes confiáveis e não fica claro para o leitor o motivo de um conteúdo ser falso. Também será avaliado a ausência de recursos que facilitem a compreensão do leitor como infográficos.	informações mais resumidas, mas ainda fica claro para o leitor que aquele conteúdo é falso. Quando for inserido apenas o essencial para a compreensão. Audiência de infográficos, entrevistas diretas com fontes oficiais.	compreensão para o leitor, apresentar dados completos, contextualização, fazer uso de recursos como infográficos e imagens para ilustrar dados, citar fontes diretas e indiretas.
Atuação multiplataforma	Considera-se a importância da divulgação dos conteúdos em mídias digitais, a necessidade de adaptar conteúdos para o formato de cada rede e explorar os diferentes perfis da empresa.	Receberá nota 1 quando a apuração for divulgada em apenas 1 ou nenhum dos perfis dados aos Fatos em redes sociais.	Receberá nota 2 quando a apuração for divulgada na rede e no formato que aquela desinformação circulou.	Receber nota 3 quando a apuração for divulgada no formato em que a desinformação aconteceu e em demais perfis dá aos Fatos.
Alcance da checagem	Considera-se a importância da checagem de uma desinformação ter um alcance semelhante ou maior que o	Receberá nota 1 quando tiver baixo alcance e baixa interação (menos de 10 mil curtidas e visualizações)	Receberá nota 2 quando tiver menos alcance que a desinformação mas com resultados inferiores a 100 mil visualizações e	Receberá nota 3 quando os números da apuração superarem o alcance da desinformação.

	engajamento da desinformação em si. Ainda que seja complexo traçar dados serão analisados os vídeos informativos ainda disponíveis em comparação com os perfis da Aos Fatos (pois não há dados de acesso ao site).		curtida.	
--	--	--	----------	--

Fonte: Autora (2025)

Para cada critério será inserido uma justificativa e por fim uma avaliação de 1 a 3 sendo 12 a nota máxima e 6 a nota média para cada desinformação. A avaliação como um todo, somada às 3 checagens totaliza 36 sendo 18 a média. Serão identificados quais dos critérios recebem menor nota, para assim ser possível traçar a maneira como o jornalismo atua para combater a desinformação.

5.2 Análise

A) Governador Eduardo Leite no Roda Viva

Tabela 6 - Análise 1

Critério	Justificativa	Nota
Instantaneidade e agilidade na publicação da apuração	A edição do programa que Eduardo Leite participou foi ao ar às 22h da noite de 20 de maio de 2024, e ficou disponível no Youtube em 21 de maio de 2024. A apuração foi publicada no site da Aos Fatos, no dia 21 de maio, bem como, no mesmo dia que a entrevista foi disponibilizada no Youtube. Considera-se portanto a instantaneidade da apuração.	3
Justificativa e contextualização do Selo	Foram destacadas 3 falas do Governador, 2 consideradas falsas e 1 com o selo “não é bem assim”. As justificativas	3

	demonstram uma grande apuração científica, com entrevistas com pesquisadores da UFRGS, infográficos e com uma linguagem simples e objetiva para fácil compreensão. O conteúdo é bastante completo e explica em detalhes os alertas e causas das enchentes.	
Atuação multiplataforma	A apuração recebeu carrossel para o Instagram com um resumo da matéria do site. Também foi publicado a capa do carrossel em formato de card no X, com uma legenda e link para a matéria do site. Não foram explorados o Tiktok, Reels do Instagram, Youtube e Facebook. Como a desinformação ocorreu na TV aberta e Youtube, considera-se a ausência de conteúdos audiovisuais sobre a chegarem.	1
Alcance da checagem	Ambas as publicações obtiveram baixo alcance tanto em visualizações quanto em interações nas redes sociais, sendo muito inferior à visualizações que o vídeo no Youtube possui. Vale ressaltar que não é possível conseguir dados da transmissão ao vivo.	1

Fonte: Autora (2025)

Deste modo, a análise da apuração realizada pela Aos Fatos sobre as falas do governador Eduardo Leite totaliza 8 pontos. Os pontos fortes da apuração residem no processo de produção jornalístico, ou seja, com variedade e qualidade de fontes, bem como na agilidade para a elaboração e publicação do conteúdo. Também são utilizados infográficos e linguagem simplificada para maior compreensão de dados científicos sobre a crise climática.

Os pontos fracos da apuração residem na pouca divulgação feita da checagem em demais plataformas digitais, destacando para não haver nenhum conteúdo em formato semelhante ao da desinformação, por exemplo, a ausência de um vídeo no Youtube. As publicações feitas no Instagram e X recebem poucas interações de curtidas, comentários e visualizações e não conseguem superar o número de visualizações da entrevista do governador para o Roda Viva.

B) Governo do RS não está fiscalizando documentos nem barrando jet-skis e barcos de voluntários

Tabela 7 - Análise 2

Critério	Justificativa	Nota
Instantaneidade e agilidade na publicação da apuração	Os conteúdos do influenciador conhecido como Nego Di foram retirados do ar em 11 de maio de 2024 pela justiça gaúcha e não é possível obter a data da veiculação do conteúdo original, no entanto foram contratados dois vídeos com réplicas na rede Tiktok ambos na data de 05 de maio. A apuração da Aos Fatos foi publicada dois dias depois desta circulação inicial do conteúdo. Considera-se a agilidade para coleta de dados, construção de texto e sua publicação.	2
Justificativa e contextualização do Selo	O conteúdo ganhou o selo de Falso pela Aos Fatos. Como justificativa, eles utilizam publicações feitas pela Brigada Militar gaúcha nas redes X e Instagram e ainda é citada a apuração feita pela jornalista Cristina Ranzolin do grupo RBS. Bem como, é apresentado o contexto em que a desinformação surgiu. No entanto, a publicação não consta com entrevista direta com fontes da brigada militar ou o governo gaúcho. É mencionado em nota que houve a intenção de entrar em contato direto com a Brigada Militar, mas sem respostas. Ainda, é inserido um vídeo no Youtube onde esta apuração é reunida a outras checagens desinformações sobre as enchentes.	2
Atuação multiplataforma	Foram produzidos conteúdos em <i>short video</i> para Instagram e Tiktok, redes onde a deformação se originou, bem como é mencionado em vídeo direcionado ao Youtube que reúne diversas desinformações sobre as enchentes. Portanto, é deixado de lado a plataforma X e Facebook.	2
Alcance da checagem	Em comparação, o alcance da desinformação é muito maior que a midiatização da checagem feita pelo Aos Fatos. Ainda sim há um volume expressivo de visualizações e interações com o conteúdo no Tiktok e	2

	Instagram	
--	-----------	--

Fonte: Autora (2025).

Deste modo, a apuração feita pela Aos Fatos sobre a fiscalização dos jet skis de voluntários totalizou 8 pontos. De modo geral, a apuração em si se mostra mediana com uma certa carência do contato direto com fontes oficiais, utilizando apenas publicações em redes sociais para sustentar a escolha do selo. Ainda sim, fica claro e é de fácil entendimento o motivo pelo qual o conteúdo é falso.

Destaca-se que ainda que a Aos Fatos não tenha explorado todas as suas redes sociais, houve uma preocupação em criar um vídeo no mesmo formato e direcionado para as plataformas em que a desinformação se originou mesmo que os dados de midiatização não se igualem aos da publicação da desinformação. Também é divulgado um vídeo no Youtube onde é reunido diversos casos de desinformação sobre as enchentes, nele é citado o caso do influencer Nego Di.

C) Presidiários não foram soltos ou liberados durante as enchentes

Tabela 8 - Análise 3

Critério	Justificativa	Nota
Instantaneidade e agilidade na publicação da apuração	A publicação contendo a desinformação a qual a Aos Fatos se refere não foi encontrada no Facebook durante a produção deste trabalho, mas foi encontrada a publicação no Tiktok, que também é mencionada pela Aos Fatos, publicada em 11 de maio de 2024. A apuração da Aos Fatos foi publicada em 15 de maio de 2024.	2
Justificativa e contextualização do Selo	As informações são objetivas e fornecem o essencial para o entendimento, são utilizadas notas oficiais do governo estadual, bem como entrevista com a Secretária de Sistema Penal. Ainda, é inserido um contexto sobre o sistema penal gaúcho durante as enchentes e quais presídios foram afetados.	3
Atuação multiplataforma	A apuração foi divulgada apenas em formato carrossel no Instagram e não foi veiculada em outras redes sociais da Aos Fatos.	1

Alcance da checagem	O alcance foi baixa, as interações com o conteúdo da apuração são muito inferiores ao vídeo da desinformação encontrado no Tik Tok.	1
----------------------------	---	----------

Fonte; Autora (2025)

Deste modo, a apuração feita pela Aos Fatos sobre os presos soltos no Rio Grande do Sul totalizou 8 pontos. O ponto mais forte desta apuração está na produção e qualidade de fontes utilizadas para realizar a checagem. Há contato com fontes oficiais, é disponibilizado o contexto em que aquela desinformação foi criada, bem como é adicionado informações sobre os sistema penal gaúcho durante as enchentes.

O ponto mais fraco desta checagem e está na falta de divulgação em outras plataformas, sendo feita apenas para carrossel no Instagram. Não foram feitos conteúdos com o formato do conteúdo desinformativo. Estes dados refletem na midiatização, que possuiu um baixo alcance, com poucas interações de usuários e estas muito inferiores aos dados do conteúdo original.

6. Considerações finais

A questão problema norteadora desta investigação científica foi: quais foram as três principais desinformações a respeito das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, como elas mediatizaram e de que forma a agência Aos Fatos buscou combatê-las?

Desta maneira, este trabalho identificou três conteúdos de desinformações sobre as enchentes, sendo eles: 1) Governador Eduardo Leite no Roda Viva (Programa Roda Viva, 2024); 2) Governo do RS não está fiscalizando documentos de veículos aquáticos (Desinformação em redes sociais); 3) Presidiários não foram soltos durante as enchentes (Desinformação em redes sociais).

O objetivo de medir a mediatização dos conteúdos não foi atingido de maneira plena. Isso se deu pela dificuldade de traçar o caminho digital que os conteúdos originais percorreram, bem como, os caminhos percorridos pela checagem e para isso seria necessário acesso a dados privados a ser cedidos pela Aos Fatos. Ainda, a mineração desses dados exigiria recursos aos quais a produção deste trabalho não requer. Portanto, como uma forma de contornar este problema a pesquisa se atenta a dados públicos da plataforma relativos ao engajamento dos conteúdos.

Neste sentido, no que diz respeito às desinformações entende-se com base em Wardle e Darakshan (2017), que os dados deste trabalho refletem uma parcela da mediatização, pois os conteúdos contendo desinformações são republicados em diferentes redes, usando contas diversas com e exata estratégia de impulsionar a mediatização e tornar difícil traçar quando, por quem e de que maneira aquela desinformação foi criada.

Para a compreensão da maneira que o jornalismo profissional buscou combater a desinformação durante as enchentes foram analisadas as checagens de informações da Agência Aos Fatos correspondentes aos conteúdos selecionados. A agência baseia seu conteúdo em selos, (falso, verdadeiro e não é bem assim), deste modo, foi analisada a clareza do texto e a justificativa para a seleção de cada selo. Bem como, foi observado a preocupação com a atuação multiplataforma e mediatização da Aos Fatos dentro do ambiente digital. As apurações foram analisadas individualmente sobre critérios selecionados pela autora.

Quando Eduardo Leite desinforma é numa tentativa de isentar o seu governo das consequências que a falta de políticas públicas, mudanças na legislação ambiental e falta de manutenção de infraestruturas públicas. A apuração feita demonstra de forma clara que o governo estadual possui responsabilidade sobre a prevenção de enchentes. Ainda que este trabalho se contenha na checagem da Aos Fatos, e portanto não tem o propósito de analisar o

programa Roda Viva, é relevante destacar a particularidade do caso do governador no programa. As desinformações foram feitas dentro do ambiente da imprensa e divulgadas pelo próprio jornalismo tradicional. A Aos Fatos como veículo independente apresenta dados e reúne bons argumentos em um curto período de tempo (menos de 24h) demonstrando que é possível realizar uma apuração simultânea para conter o uso de desinformação como arma política por fontes oficiais dentro do ambiente da imprensa. O conteúdo informativo dá Aos Fatos se enquadra nos padrões jornalísticos, ainda que haja pouca preocupação com a mediatização da apuração.

Quanto às desinformações feitas pelo influenciador conhecido como Nego Di, este caso, além da natureza política de tentar minar a opinião pública contra o governo estadual e instituições como a Brigada Militar. A particularidade observada, neste caso, é que ainda que os conteúdos oficiais tenham sido retirados do perfil oficial do influencer por ordem da justiça, ainda podem ser encontradas réplicas do conteúdo no Tiktok. Destaca-se que neste caso, além da apuração feita nos padrões jornalísticos, houve a preocupação por parte da Aos Fatos em criar conteúdos no mesmo formato da desinformação (*short video*) e divulgá-los nas redes em que a desinformação se originou, assim ganhando maior mediatização e alcançando maior número de pessoas.

Em relação a desinformação sobre presidiários terem sido soldados, há também um forte teor político em vincular esta suposta decisão ao presidente Lula. A Aos Fatos demonstra bastante propriedade para realizar a apuração, não apenas esclarecendo como provendo um contexto no qual a desinformação surgiu. No entanto, a mediatização também foi deixada de lado, o conteúdo possui apenas um carrossel no Instagram com números muito inferiores ao vídeo encontrado no TikTok.

Portanto, o que foi observado é que a aplicação de princípios de apuração jornalísticas garantem uma qualidade elevada no conteúdo da checagem. De modo geral, há uma agilidade para a produção do conteúdo, variedade de fontes e o texto é claro e objetivo, no entanto, observa-se que a mediatização é um dos pontos fracos da agência. É de se destacar que os números de mediatização são maiores quando a Aos Fatos produz o conteúdo jornalístico no mesmo formato e o divulga nas mesmas redes que a desinformação originou-se.

Apropriando-se do conhecimento de Santaella e Wardle Darakshan sobre a complexidade do funcionamento de algoritmos dentro de plataformas digitais e formação de câmaras de eco, entende-se que é necessário que o combate a desinformação encontre uma maneira de quebrar estas barreiras geradas por recursos sociotécnicos, ou seja, que mais pessoas recebam informações verídicas-factuais dentro do ambiente digital. Assim, quando

conteúdos são produzidos e disseminados pelo jornalismo no em formato semelhante ao da desinformação, eles possuem maior chance de chegar a mais usuários. Questões como agilidade e apuração de conteúdos são já muito vencidas e dominadas pelo jornalismo, o problema reside na entrega destes conteúdos.

Portanto, este trabalho observa que a Aos Fatos utilizou de técnicas jornalísticas de apuração, bem como de plataformas digitais para realizar o combate a desinformação que ocorreu durante as enchentes do Rio Grande do Sul.

Sendo assim, considerando que os objetivos específicos dessa pesquisa eram: Mapear as três principais desinformações sobre as enchentes no RS em 2024, a partir de critérios definidos; Compreender como ocorreram as midiatisações destas desinformações; Identificar como o jornalismo profissional buscou combater essas desinformações, considera-se que todos estes objetivos foram alcançados e, por consequência, assim, também atingimos o objetivo principal que era o de: Apresentar como a Agência de Notícias: Aos Fatos” combateu as três principais desinformações sobre as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024.

Desta maneira, salienta-se a importância do combate à desinformação como uma maneira de preservar o Estado democrático e garantir princípios básicos de acesso à informação. Enxerga-se que a Desordem Informacional (Wardel e Darakshan, 2017) quando voltada para o meio ambiente possui sérias consequências políticas, dentre elas mudanças estruturais na política ambiental, como ocorrido durante o governo de Leite e de Bolsonaro. Estas mesmas mudanças e flexibilizações feitas em prol de interesses econômicos e privados resultam em agravamento da crise climática e consequentemente em desastres ambientais.

Por fim, a concepção deste trabalho foi motivada pela conexão profunda que possuo com o meio ambiente e questões ambientais. Esta relação se estabeleceu na minha infância e está ligada com o motivo pelo qual escolhi o Jornalismo como minha profissão. Foi através de reportagens sobre meio ambiente feitas pelo Globo Repórter que aos 9 anos decidi minha jornada profissional. A preocupação com a desinformação veio mais tarde, em 2018 quando ainda adolescente, passei aos poucos a compreender a política. Foi só quando ingressei no curso de Jornalismo que descobri a gravidade do problema que a desinformação pode causar. A realização deste trabalho é uma forma de também contribuir para a pesquisa de dois assuntos que me são muito caros.

Bibliografia

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO. As enchentes no Rio Grande do Sul: Lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente. Brasília, 2025. Disponível em: https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/Acervo/Detalhe/107692?returnUrl=/sophia_web/Home/Index&guid=1745452800751

AMARAL, Inês. SANTOS, Sofia. Algoritmos e redes sociais: a propagação de fake news na era da pós-verdade. *in* **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós verdade**. 1. edição. Imprensa Universidade de Coimbra. Coimbra, 2020.

ALBUQUERQUE, J. P. S.; RODAS, C. M. Mídias sociais, desinformação e a distorção da esfera pública pela extrema direita. *Revista EDICIC*, v. 3, n. 3, 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70. 1977

BONIN, Jiani. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação *in* MALDONADO, Alberto. **Metodologia de Pesquisa em Comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2. ed. Porto Alegre. Sulina. 2011. p. 19-42.

BONIN, Jiani Adriana. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. *Revista FAMECOS, [S. l.]*, v. 15, n. 37, p. 121–127, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiente**. Brasília, 1981.

BONITO, M; FOLLETO, R; SANTOS, L. A reconfiguração da sociedade na era da desinformação: reflexões a partir da vertente crítica de Armand e Michele Mattelart. *In*: MALDONADO Alberto, CASTRO Edison. **Pensamiento crítico en comunicación**. p 215.

BRASIL. LEI N. 6.938 de 31 de Agosto de 198. Dispõe sobre Política Nacional de Meio Ambiente. Brasília. DF. Diário Oficial da União.

DALMOLIN, Aline. SANTOS, Kassieli. Estratégias de comunicação na arrecadação milionária para vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul: o caso do influenciador digital Badin. *In* Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Univali – 5 a 6/9/2024

CARNIELLI, F. Z; GOMES, J; FEITOSA, S. A; Comunicação Pública e Eleições: o acontecimento das Enchentes de 2024 e sua tematização no HGPE de Porto Alegre.

DIAS, L. V.; NUNES A. K. A Comunicação de risco da prefeitura Municipal de Canoa, RS, com a população nas enchentes de maio de 2024. *In* Intercom 47º, Itajaí. 2024.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Vitória. 2007

FEITOSA, Sara Alves. Comunicação Pública e desinformação: mitigação de danos à democracia diante de eventos climáticos extremos. *Comunicação Midiática*. v. 19, n.1, p. 35-53. São Paulo. 2024.

FERNANDES, Carla Montuori; OLIVEIRA, Luiz Ademir de; COIMBRA, Mayra Regina; SANTOS, Deborah Luísa Vieira dos. Comunicação política e midiaticização: o embate de Bolsonaro com a imprensa. Intexto, Porto Alegre, n. 52, p. 98933, Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/9893>

GOMES, F; LOPES, M. A. Infomedia e Construção Significa: movimentos responsivos sob a retórica da pós-verdade.

GIRARDI, Ilza. A Responsabilidade do Jornalismo Ambiental na formação cidadã em tempos de emergência climática. Diálogos de Soberania e Clima. Brasília , v.4, n. 1. p 06-16, 2025.

GIRARDI, I. M; LOOSE, E; STEIGLEDER, D; MASSIEVER, M; Meio Ambiente no Jornal Nacional: das tragédias as disputas políticas. Animus - Revista Interamericana de Comunicação Midiática. Santa Maria. v.22, n.48, p. 20-41, 2023.

HJARVARD, Stig. Midiaticização: conceituando a mudança social e cultural. MATRIZES, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/82929..>

HARTWIG, Elisa. **A desinformação climática e seus impactos na democracia ambiental.** Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo. p 145. 2023.

JESUS SILVA, Thiago. MARTINS, Helena. Rio Grande do Sul e o ecossistema da desinformação: narrativas sobre a crise climática. Comunicação Midiática. v. 19, n. 1, p. 11-34, jan-jul, 2024. São Paulo.

JORNAL NACIONAL. Engenheiros afirmam que em Porto Alegre não faz manutenção adequada do sistema de prevenção contra inundações. G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/05/23/engenheiros-afirmam-que-porto-alegre-nao-fez-a-manutencao-adequada-do-sistema-de-protecao-contrainundacoes.ghtml>

LEVY, Pierre. **Cibercultura.** Ed. 1. Editora 34. São Paulo, 1999.

LISBOA, Sílvia. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência.** Dissertação de Mestrado em Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

LOOSE, Eloisa. **Jornalisms e crise climática: um estudo desde o Sul Global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade.** 1. edição. Editora Insular, 2024. Florianópolis

MATTELART, Armand. **A história da Sociedade da Informação.** 2º edição. Editora Loyola. São Paulo, 2006.

MENDES, C; SANGLARD, F; COSTA, V; Desinformação e implicação para a democracia: reflexões a partir do atentado de 8 de janeiro. Estudos Semióticos. São Paulo. v.20, n2, 119-136, 2024.

MENESES, Tatiane. OS SOFISTAS: Precursores da pós-verdade?. **O Manguenzal**. v 1. n 5. 150 - 163. Jun, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/omanguenzal/issue/view/1063OS%20SOFISTAS%20Precursores%20da%20p%C3%B3s-verdade?>

MIGUEL, Jean Carlos. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 37, n. 01, p. 293–315, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/39014>

NICOLA, Ubaldo. **Antologia ilustrada da Filosofia: das origens à idade moderna**. 1. edição. Editora Globo. São Paulo, 2005.

NUNES, Karine. **Comunicação sobre a Amazônia: jornalismo independente no enfrentamento à infodemia socioambiental no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Arte, Comunicação e Design. Bauru. 2024.

A cronologia da tragédia no Rio Grande do Sul. BBC News Brasil. 2024.

SALVIATTI, Ana. Rio Grande do Sul gastou 0,0003% da verba de prevenção. Agora gastará bilhões em reconstrução. Intercept Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/05/22/rio-grande-do-sul-economizou-na-prevencao-agora-gastara-bilhoes-em-reconstrucao/>

SANTAELLA, Lucia. **A pós verdade é verdadeira ou falsa?**. 1.edição Editora Estação das Letras e Cores. São Paulo, 2018. *Ebook* disponível em: <https://www.estacaolettras.com.br/product-page/a-p%C3%B3s-verdade-%C3%A9-verdadeira-ou-falsa?srsltid=AfmBOoqiqfIE0cF7tKJTo7lg8-W8csDPxvQWyBFvj5Xh9Jl64ytOMLZo>

SANTOS, Antônio Genário Pinheiro dos; NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas do. A discursividade do terror na midiaticização de uma tragédia: a cobertura internacional das enchentes no Rio Grande do Sul. *Diálogo das Letras*, [S. l.], v. 14, p. e02503, 2025. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/6860>

SALLES, D; MEDEIROS, P; SANTINI, R; BARROS, C. The Far-Right Smokescreen: environment conspiracy and culture war on Brazil Youtube. *Social Media + Society* (online).

SEIBT, Taís. **JORNALISMO DE VERIFICAÇÃO COMO TIPO IDEAL: A prática de fact-checking no Brasil**. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

SHANNON, Claude E. *A Mathematical Theory of Communication*. Universidade de Illinois. 1949.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19. 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054>

TESICH, Steve. Government of Lies. **The Nation**. 12 - 14. Jan. 1992. Disponível em: <https://archive.org/details/steve-tesich-government-of-lies-article/page/n1/mode/1up>

WARDLE, C; DARAKSHAN, H; Desordem Informacional: para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas. 2 edição.